

**Relatório do Seminário de Abertura do Fórum Metropolitano
“ A Questão Metropolitana:
Problemas Comuns, Soluções Compartilhadas”**

Data: 31/8/07

Mesa de Abertura Solene do Evento:

Composição da Mesa:

- Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH -, Vereador Totó Teixeira
- Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Augusto Anastasia
- Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Ronaldo Vasconcelos Novais
- Prefeito de Itaguara e Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - GRANBEL -, Ubiraci Prata Lima
- representante do Fórum Mineiro de Reforma Urbana, Guilherme França de Souza
- Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG -, Teodomiro Diniz Camargos, representante do Presidente da FIEMG, Robson Braga de Andrade
- Professor Wanderley Chieppe Felipe, representante do Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas -, Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães
- Secretária Adjunta de Estado de Desenvolvimento Regional e Políticas Urbanas - SEDRU - Maria Coeli Simões, representante do Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Políticas Urbanas, Dilzon Melo
- representante da Fundação João Pinheiro, José Oswaldo Lasmar
- Superintendente da Caixa Econômica Federal, Dimas Vagner Lamounier
- Vice-Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais - CREA/MG -, Ivo Silva de Oliveira Júnior, representante do Presidente do CREA/MG -, Gilson de C. Queiroz Filho
- Deputada Estadual Gláucia Brandão
- Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR -, e Coordenador Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles/Instituto Milênio, Luiz César de Queiroz Ribeiro

Duração da abertura: 1h8min

Síntese dos pronunciamentos:

- **Vereador Totó Teixeira:** saudou os presentes. Expressou satisfação pela realização do Fórum Metropolitano, em virtude de seu significado para os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que terão a oportunidade de contribuir para a solução de problemas comuns e para a apresentação de soluções compartilhadas.

- **Vice-Prefeito Ronaldo Vasconcellos Novais:** saudou os presentes. Apresentou um breve histórico da origem da discussão sobre as regiões metropolitanas, a criação de leis que atendam tal realidade e a importância da participação das câmaras municipais na busca compartilhada de soluções para problemas que são comuns. Comentou, também, a importância da co-participação dos poderes executivos dos municípios que integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte, em especial, a Prefeitura de Belo Horizonte
- **Guilherme França de Souza:** saudou os presentes. Comentou sobre a origem do Fórum Mineiro de Reforma Urbana, que se deu a partir do Fórum Nacional de Reforma Urbana. Falou sobre a distância entre o que a população necessita e o que falta para o atendimento de suas demandas, pois, segundo entende, as decisões políticas a respeito de obras e de intervenções urbanísticas, “na maioria das vezes não contempla as reais necessidades da população, e sim de grupos político-econômicos para manutenção da casta política de plantão”. Acrescentou que a população quer participar, mais ativamente, das discussões relacionadas à reforma urbana.
- **Teodomiro Diniz Camargos:** saudou os presentes. Esclareceu que as classes produtoras consideram a discussão sobre o desenvolvimento metropolitano de alta importância para a Região Metropolitana. Disse que, “para o fortalecimento da consciência do cidadão metropolitano, seriam necessárias a construção e a implementação de uma agenda de desenvolvimento metropolitano objetiva, que contasse com a participação da comunidade, de tal forma que esta se sentisse estimulada e reconhecesse o processo”. Disse considerar que, “dessa forma, o processo ficaria vivo e dinâmico e se afastaria o risco de se transformar em planejamento de gabinete e distante da população”.
- **Wanderley Chieppe Felipe:** saudou os presentes. Destacou a importância deste evento para a PUC Minas. Comentou que essa Instituição criou, recentemente, instrumentos de análise e observação das regiões metropolitanas. Destacou que considera a inclusão social o maior problema não só das regiões metropolitanas, mas de todos. Citou que o esforço da PUC Minas, nesse sentido, é refletido, em parte, pelo grande número de bolsas de estudo que disponibiliza para a população que delas necessita.
- **Dimas Vagner Lamounier:** saudou os presentes. Destacou que a discussão a respeito de questões urbanas interessa à Caixa Econômica Federal, em razão do fato de que o desenvolvimento regional sustentado, entre outros objetivos de relevo, integra as metas da Instituição.
- **José Oswaldo Lasmar:** saudou os presentes. Destacou a importância da parceria que existe entre a Fundação João Pinheiro e a CMBH. Mencionou que esta entidade, por meio de seus representantes, apresentará, neste Fórum, um estudo sobre o meio urbano de cada município, bem como da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Informou que será apresentado aos presentes o Atlas do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -, produzido pela Fundação João Pinheiro, em que os vários perfis da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte poderão ser identificados.
- **Ubiraci Prata Lima:** saudou os presentes. Comentou os desencontros e os desarranjos que se estabelecem nas regiões metropolitanas, em razão da desarticulação entre os municípios que deveriam estar mais interligados. Mencionou as potencialidades econômicas, sociais e políticas, entre outras, que existem nas regiões metropolitanas e, ainda, se encontram inexploradas.

Conclamou a todos para a busca de um equilíbrio entre os municípios que integram as regiões metropolitanas, como alternativa de solução efetiva para os problemas enfrentados por essas regiões, especialmente, em razão dos impactos que eles causam ao Estado de Minas Gerais. Mencionou a importância de se pensar em alternativas para o modelo atual de gestão da RMBH, com a possibilidade de descentralização de vários serviços e decisões políticas e gerenciais da Capital, que se encontra congestionada.

- **Maria Coeli Simões:** saudou os presentes. Disse que a iniciativa da CMBH de realizar o Fórum Metropolitano deve ser aplaudida por toda a sociedade. Esclareceu que propósitos centralizadores da União orientaram a criação das regiões metropolitanas, que, após curta experiência de dinamismo, se depararam com um quadro de crise, já no início da década de 80. Mencionou que o constituinte federal se preocupou em afastar a União da gestão das regiões metropolitanas, transferindo aos estados a competência para sua instituição. Afirmou que o constituinte mineiro, fiel à lógica de fortalecimento dos municípios, definiu presença acanhada do Estado na gestão, o que representou descaso para com as questões metropolitanas. Considerou que o tema das regiões metropolitanas perdera espaço na esfera de discussões das instituições acadêmicas, do Estado e da própria sociedade. Disse que isso agravou a situação da Região Metropolitana. Mencionou a estratégia do Estado de Minas Gerais de construir a Governança Metropolitana compartilhada por meio de arranjo institucional, integrado por uma Assembléia Metropolitana, um Conselho Metropolitano e uma Agência Metropolitana, esta objeto de Projeto de lei em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG. Afirmou que o arranjo deve ser dinamizado, ainda, por outros mecanismos colaborativos. Por fim, afirmou que a gestão metropolitana é um desafio para o Brasil, bem como para o mundo, e que o Fórum Metropolitano, ora realizado nesta Casa, é uma iniciativa que converge para a construção dessa governança compartilhada e para a criação de uma nova consciência metropolitana, desafio do Estado de Minas Gerais, dos municípios metropolitanos, notadamente para a Capital mineira, e de todos os segmentos da sociedade.
- **Ivo Silva de Oliveira Júnior:** saudou os presentes. Comentou a importância da abordagem sobre os recursos oriundos da tecnologia e da ação dos técnicos para o beneficiamento das regiões metropolitanas. Disse que o CREA é parceiro das regiões metropolitanas.

Palestra Magna 1: “Os Legislativos Municipais e o Processo de Planejamento e Gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte”

Palestrante: Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Augusto Anastasia

Duração da exposição: 23min

Síntese da palestra:

O Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Augusto Anastasia, saudou os componentes da Mesa, as autoridades e cidadãos presentes.

Parabenizou a Câmara Municipal de Belo Horizonte e o seu Presidente, Vereador Totó Teixeira, pela iniciativa de realizar este evento. Disse que uma região metropolitana é um desafio permanente, visto que potencializa os pontos positivos e negativos das metrópoles. Ponderou que a Região Metropolitana de Belo Horizonte não sofre de hipertrofia, como diversas outras metrópoles do País. Afirmou que a RMBH concentra 25% (vinte e cinco por cento) da população do Estado, enquanto outras metrópoles chegam a concentrar 50% (cinquenta por cento). Ressaltou a importância, para o Estado de Minas Gerais, da existência de outras cidades fortes economicamente fora da RMBH. Enfatizou a importância do planejamento e da gestão para a coordenação das ações governamentais na RMBH. Ressaltou que essa coordenação deve ocorrer entre o Estado e os municípios e, também, entre estes. Ponderou que, sem essa coordenação, dentro de cada esfera de governo e entre os entes, compromete-se a eficácia das políticas públicas adotadas e gera-se o desperdício de recursos. Afirmou que o primeiro e maior desafio da RMBH, no momento, é estabelecer critérios e formas para que a coordenação seja implementada e seja efetiva. Disse que os recursos disponíveis para o Estado de Minas Gerais e para os municípios são suficientes para a realização de grandes projetos, mas que a existência de uma coordenação desses projetos é que garantirá a efetividade na solução de problemas. Lamentou que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 tenha-se omitido no tratamento que dispensou às regiões metropolitanas. Ressaltou que a RMBH é um aglomerado urbano único e que as necessidades do cidadão deste núcleo urbano não reconhecem as distinções entre os municípios componentes desse aglomerado. Lembrou que os problemas enfrentados pelos municípios componentes da RMBH são os mesmos. Disse, ainda, que os problemas existentes em um dos municípios da RMBH afetam toda a região metropolitana, seja esse problema uma questão de saúde ou de segurança pública. Ressaltou a necessidade de uma mudança de mentalidade com o reconhecimento de necessidades metropolitanas, ao lado das necessidades municipais. Asseverou que reconhecer interesses metropolitanos não implica sacrificar a identidade e o interesse municipal, implica compartilhar os interesses e a identidade metropolitanos. Saliou a necessidade de que não apenas os órgãos públicos participem das discussões e da busca de soluções para os problemas metropolitanos. Defendeu a participação ativa da sociedade civil. Destacou a importância dos legislativos municipais no desenvolvimento da consciência metropolitana, visto que eles refletem os anseios da população e que, por isso, devem-se organizar, juntamente com o Poder Executivo, a fim de discutir as demandas do Município em âmbito metropolitano. Falou da importância das informações fornecidas por estudos realizados pela Fundação João Pinheiro para o entendimento das características da RMBH e para o embasamento na tomada de decisões e na adoção de medidas, visando à solução dos problemas existentes. Disse que a identidade de cada município deve ser mantida, mas que os municípios e suas câmaras municipais devem passar a considerar, também, os interesses regionais. Comparou uma região metropolitana a um condomínio de apartamentos para ilustrar a necessidade de que cada um ceda um pouco de sua liberdade, a fim de possibilitar a convivência e o usufruto dos benefícios decorrentes dessa convivência. Enfatizou, novamente, o fato de que o maior desafio, atualmente, é a coordenação de ações. Esclareceu que a não definição de uma política pública coordenada entre os municípios da RMBH e entre esses municípios e o Estado de Minas Gerais, poderá comprometer o risco de, no futuro, ocorrer outro evento similar a este, para discutir as falhas de gestão das regiões metropolitanas. Disse que, desde o primeiro mandato, o Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves, demonstrou consciência da importância de alterar o modelo vigente de

gestão de regiões metropolitanas. Salientou que, no início desse governo, essas alterações não foram possíveis, mas que, nesse momento, isso está-se concretizando com a implementação do novo modelo de gestão instituído pelas leis complementares editadas recentemente, que enfatiza o planejamento e a coordenação de ações, visando à solução dos problemas comuns dos municípios envolvidos. Destacou, mais uma vez, a importância deste evento e desejou a todos um bom e proveitoso trabalho.

Mesa Temática 1: “A Questão Institucional da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Dilemas e Alternativas” (legislação, desafios e possibilidades)

Coordenadores da Mesa:

- Vereador Anselmo José Domingos, da Câmara Municipal de Belo Horizonte
- Vereadora Rosa da Fazendinha, da Câmara Municipal de Lagoa Santa

Debatedores:

- representante da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG -, Maria Madalena Franco Garcia
- Prefeito de Itaguara e Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - GRANBEL -, Ubiraci Prata Lima
- Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito, da PUC Minas, e Pesquisador do Núcleo Jurídico de Políticas Públicas - NUJUP/PUC Minas -, José Luiz Quadros de Magalhães
- Deputada Estadual Gláucia Brandão, representante da ALMG

Duração das exposições: 1h4min

Síntese das exposições:

- **Maria Madalena Franco Garcia:** destacou a importância do envolvimento ambicioso desta Casa com a questão metropolitana, evidenciado pela realização do Fórum Metropolitano de Belo Horizonte. Comentou a interdependência dos municípios integrantes da Região Metropolitana, seja do ponto de vista ambiental ou econômico, entre outros. Falou da importância da autonomia dos municípios integrantes das regiões metropolitanas, afetada pela ação do Governo de Estado, que não assumia os problemas dos municípios. Acrescentou que, recentemente, com a instalação da Assembléia e do Conselho metropolitanos e a regulamentação do Fundo Metropolitano, assistiu-se a um real avanço no tratamento das questões pertinentes às regiões metropolitanas. Esclareceu que, com a atual constituição e formação da Assembléia Metropolitana e com a inclusão da sociedade civil nesse processo, materializou-se um avanço real para um tratamento adequado dos problemas enfrentados pelas regiões metropolitanas. Mencionou os vários investimentos feitos no vetor norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte e a preocupação que se deve ter com os impactos ambientais supervenientes. Mencionou, também, a

importância da análise dos 34 planos diretores dos municípios que integram a RMBH, para a adequação e a busca de solução para as questões e os problemas comuns. Por fim, mostrou preocupação com a constituição de novas regiões metropolitanas e/ou com a inclusão de mais municípios nas já existentes.

- **Ubiraci Prata Lima:** saudou os presentes. Destacou o porte habitacional da RMBH e seu impacto nas eleições. Informou que a RMBH é a terceira Região Metropolitana brasileira em importância e a sétima na América do Sul. Mencionou os índices de pobreza registrados na RMBH. Elogiou a ação do Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves, no trato das questões metropolitanas. Salientou a importância de se considerar a relevância do cidadão metropolitano e suas necessidades comuns e especiais. Acrescentou que as relações, atualmente, se dão de forma integrada e que umas ocasionam reflexos em outras. Criticou a concentração do crescimento somente em Belo Horizonte. Defendeu a descentralização desse eixo de desenvolvimento como solução para todos os municípios da RMBH, inclusive Belo Horizonte. Criticou a composição proposta para o Fundo Metropolitano. Por fim, defendeu um novo modelo metropolitano e de investimento metropolitano.
- **Deputada Estadual Gláucia Brandão:** saudou os presentes. Falou da importância das regiões metropolitanas pela concentração de riquezas e apresentação de inúmeras desigualdades sociais e econômicas. Destacou a importância do desenvolvimento de uma visão e de um tratamento que respeitem as peculiaridades e as questões de cada município integrante das regiões metropolitanas, de forma que sejam considerados como parte de um todo. Comunicou aos presentes que está à frente das discussões relacionadas à constituição da Governança Metropolitana.
- **José Luiz Quadros de Magalhães:** saudou os presentes. Apresentou conceitos básicos para o equacionamento das questões jurídicas que envolvem a organização das relações estabelecidas entre os municípios integrantes das regiões metropolitanas. Acrescentou a importância do suporte técnico adequado na evolução dos tratamentos dispensados ao gerenciamento das regiões metropolitanas. Questionou a ideia de desenvolvimento que ainda desconsidera a qualidade de vida como elemento preponderante para uma real melhoria das condições de vida da população. Exemplificou que a prática de um desenvolvimento econômico percentualmente menor, mas que atinja um maior contingente populacional, tem mais efetividade que o contrário. Esclareceu que o federalismo praticado no Brasil tem de ser revisto, para que as diversidades inerentes aos respectivos estados-membros possam ser respeitadas. Concluiu que uma das soluções possíveis para as regiões metropolitanas passa por reformas constitucionais, e outra pela inclusão do cidadão na discussão dos temas. Segundo ele, outra solução possível seria a criação de um órgão gestor, que poderia ser uma autarquia sob regime especial, para tratar, principalmente, da questão metropolitana.

Debate (perguntas e respostas): 40min

Síntese do debate

Pergunta 1:

Da Vereadora Tereza Cristina Garcia, da Câmara Municipal de Rio Acima, para o Vereador Anselmo José Domingos: “Como se pretende discutir a Região Metropolitana, excluindo a participação do Poder Legislativo no Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano?”

Resposta:

O Vereador Anselmo José Domingos informou que o Conselho Deliberativo Metropolitano é composto por cinco representantes do Poder Executivo Estadual, dois representantes da Assembléia Legislativa de Minas Gerais dois representantes do Município de Belo Horizonte, um representante do Município de Contagem, um representante do Município de Betim e três representantes dos demais municípios da RMBH. Maria Madalena Franco Garcia informou que a Assembléia Metropolitana conta com representantes dos legislativos municipais e que, no Conselho Deliberativo Metropolitano, apenas os poderes executivos dos municípios têm assento. Informou que as diretrizes para a Região Metropolitana são estabelecidas na Assembléia Metropolitana e que ao Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano não cabe legislar, apenas, atuar nos termos das diretrizes estabelecidas.

Pergunta 2:

De Humberto Sampaio, membro do Conselho de Saúde da Regional Nordeste do Município de Belo Horizonte, para Maria Madalena Franco Garcia: “Falou-se de Linha Verde, MG-20 e Vetor Norte, mas não se pensou que os bairros iriam ficar ilhados. Comerciantes que ficaram abaixo dos viadutos da Linha Verde ficaram com todos os impactos sociais e financeiros. Pensou-se somente nos turistas, por quê?”

Resposta:

Maria Madalena Franco Garcia disse que qualquer obra pública que seja realizada implica transtornos e inconvenientes. Ponderou que a Cidade não pode deixar de construir pontes, trincheiras e viadutos. Disse que a alternativa existente é a realização de intervenções de ordem paisagística e urbanística para evitar a marginalização das áreas afetadas por obras públicas.

Pergunta 3:

De Cristina Rodrigues, para o Prefeito Ubiraci Prata Lima, de Itaguara: “Considero que a Assembléia Metropolitana, o Conselho Deliberativo Metropolitano, a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte -GRANBEL- e, agora, a Agência Metropolitana são desnecessários. Burocratizam, mas não resolvem. Ficam, apenas, na divulgação de instâncias. Apenas um órgão é responsável e resolve tudo. Para que foi criada a GRANBEL? No seu início tinha todas essas funções?”

Resposta:

O Prefeito Ubiraci Prata Lima disse que a GRANBEL é uma associação política dos municípios da RMBH, que não tem, nem teve, função deliberativa. Disse que a Associação é um local de discussão à disposição dos prefeitos dos municípios componentes da Região Metropolitana.

Pergunta 4:

De Graça, assessora da Vereadora Ana Paschoal, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, para os membros da Mesa: “Para que as cidades metropolitanas se unam na proposta única de solucionar problemas é preciso deixar de lado as

exclusividades pessoais, políticas, como disse nosso Vice-Governador. Vocês acham que isto é possível se a mídia mostra uma constante guerra partidária enquanto deveria ser uma grande luta social?”.

Resposta:

Rosa da Fazendinha defendeu que toda pessoa pública deve lutar em prol do desenvolvimento e do povo. Os municípios da RMBH devem ser sócios nessa busca, e não rivais. Gláucia Brandão defendeu a necessidade do desenvolvimento de uma consciência metropolitana, que possibilite o entendimento de que os problemas não podem ser tratados, de forma isolada, pelos municípios.

Pergunta 5:

De Vadson Dias Pinheiro, morador da Comunidade São Pedro, no Bairro Heliópolis, em Belo Horizonte, para a Deputada Estadual Gláucia Brandão: “Eu e mais oitocentas famílias vivemos na margem de um esgoto a céu aberto a quinze minutos do centro de Belo Horizonte e a cinquenta metros da Linha Verde. Somos um problema para Belo Horizonte e um problema para os demais municípios da Região Metropolitana porque nossos esgotos fluem para esses municípios. Quais medidas serão tomadas para solucionar essa situação?”.

Resposta:

A Deputada Gláucia Brandão defendeu a união dos municípios e dos demais entes da federação para solucionar os problemas da RMBH. Lembrou que existe a previsão de direcionamento de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - para ações de saneamento e outros projetos a serem realizados na RMBH.

Pergunta 6:

Do Vereador Claudinei Dias da Silva, da Câmara Municipal de Sete Lagoas, para José Luiz Quadros de Magalhães e para o Prefeito Ubiraci Prata Lima: “Como estabelecer um plano diretor metropolitano sem levar em consideração os municípios do Colar Metropolitano? Sete Lagoas, por exemplo, possui duzentos e quinze mil habitantes e um trânsito econômico e social ligado a Belo Horizonte e a outros municípios da Região Metropolitana. Penso que no plano diretor metropolitano esses municípios precisam ser contemplados. O que acham? Como articular planejamento, gestão e ideologias com as vontades e particularidades político-partidárias, nem sempre favoráveis ao desenvolvimento econômico?”.

Resposta:

José Luiz Quadros de Magalhães respondeu que o interesse público deve sempre prevalecer sobre ideologias político-partidárias. Ressaltou que a democracia pressupõe isso. Afirmou que não há uma solução pronta para a superação das desavenças político-partidárias e que é preciso existir vontade de negociar e de colocar o interesse público em primeiro plano.

Pergunta 7:

De Luiz dos Santos Ferreira Neto, Vereador da Câmara Municipal de Jaboticatubas, para Maria Madalena Garcia: “Coibir a abertura de loteamentos clandestinos não é difícil se houver parceria entre prefeituras municipais e sociedade civil. Pergunta-se o que poderíamos criar, para penalizar aqueles empreendedores falsários, que abriram tais loteamentos na região metropolitana

e deixaram para trás todas as obras de infra-estrutura sem fazer?”

Resposta:

Maria Madalena Franco Garcia ressaltou que os loteamentos clandestinos são um dos maiores problemas da Região Metropolitana. Disse que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD - e o Ministério Público Estadual estão atuando, em conjunto, na repressão a esse tipo de empreendimento.

Pergunta 8:

De Clarindo de Assis Lima, Vice-Prefeito de Inhaúma, para o Prefeito Ubiraci Prata Lima: “Inhaúma é um dos catorze municípios do Colar Metropolitano e, como as demais, ainda não é convocado para participar efetivamente da GRANBEL, assim como dos seus conselhos e do Fundo Metropolitano. Assim, também não tem, ainda, acesso a investimentos e benefícios alocados em favor da Região Metropolitana. Esta situação será revista e devidamente enfocada? Quando? Como?”.

Resposta:

O Prefeito Ubiraci Prata Lima disse que a RMBH é composta por 34 municípios, conforme estabelecido em legislação aprovada na Assembléia Legislativa de Minas Gerais - ALMG. Afirmou que não cabe à GRANBEL a definição dos componentes da RMBH. A Deputada Gláucia Brandão informou que a RMBH é regulamentada pela Lei Complementar nº 90/06, que relaciona os municípios componentes da RMBH e do Colar Metropolitano.

Pergunta 9:

De Valéria Vianna, participante do evento, para a Mesa: “Como garantir ações e articulações que favoreçam a interlocução técnica de quem está na ponta do atendimento ao público metropolitano nas políticas sociais? Proponho pensar em uma maneira de escutar os técnicos que atendem o cidadão metropolitano: assistência social, saúde, educação, direito e cidadania, para pensar ações, fluxos e procedimentos”.

Resposta:

Rosa da Fazendinha lamentou que as secretarias municipais, geralmente, não possuam pessoal técnico qualificado. Gláucia Brandão informou que existem oficinas, oferecidas pelo governo do Estado de Minas Gerais, para capacitação de administradores municipais. Maria Madalena Franco Garcia informou que estão sendo formatados novos cursos de formação e capacitação para gestores públicos municipais, a serem oferecidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Pergunta 10:

De Edinaldo Júnior, representante do Projeto Resgate Cidadania, para a Deputada Estadual Gláucia Brandão: “Não está faltando gestão nos municípios em buscar definir prioridades e recursos e aí se empenharem na obtenção dos mesmos?”.

Resposta:

Gláucia Brandão informou que um dos objetivos da Agência Metropolitana é a qualificação de pessoas e o estabelecimento de prioridades. Maria Madalena Franco Garcia informou que o Governo do Estado está analisando as

alternativas que os municípios têm para obtenção de recursos.

Pergunta 11:

De Rosângela Gomes, funcionária da Assembléia Legislativa de Minas Gerais - ALMG -, para José Luiz Quadros de Magalhães: “Que mecanismos o senhor sugere para que os municípios busquem o desenvolvimento integrado e sustentável apoiado nas leituras do cenário local e regional, e não de forma empírica como vem ocorrendo hoje? Os planejamentos governamentais ainda dão muita ênfase às metas, ações e programas fiscais em detrimento da qualificação do seu modelo gestor e das políticas públicas. Como caminhar nesta direção?”.

Resposta:

José Luiz Quadros de Magalhães comentou a possibilidade de criação de microrregiões dentro do Estado, como forma de descentralização administrativa. Disse que a mudança de comportamento e de cultura podem ser conseguidas com o apoio de informações fornecidas por instituições como a Fundação João Pinheiro.

Palestra Magna 2: “A Metropolização da Questão Social”

Palestrante: Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR - da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - e Coordenador Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles/Instituto Milênio, Luiz César de Queiroz Ribeiro.

Duração da exposição: 50min

Composição da Mesa:

- Vereador Paulo Sérgio de Sião, da Câmara Municipal de Santa Luzia
- Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação de Belo Horizonte, Júlio Ribeiro Pires
- Vereador Vinícius Dantas, da Câmara Municipal de Belo Horizonte
- Professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -, Geraldo Magela Costa
- Coordenador Executivo da Diretoria do Instituto Horizontes, Marcos Villela de Sant’Anna

Síntese da palestra:

O **Professor Luiz César de Queiroz Ribeiro** considerou relevante a iniciativa da Câmara Municipal de Belo Horizonte de realizar este Seminário, por entender que há, no País, pouco interesse político e acadêmico por questões relacionadas às regiões metropolitanas. Abordou o trabalho acadêmico intitulado *Observatório das Metrôpoles*. Esclareceu que o *Observatório das Metrôpoles* se constitui de uma rede de instituições que efetuam pesquisas e subsidiam políticas direcionadas para

regiões metropolitanas. Considerou que as metrópoles não devem ser vistas somente como uma fonte de problemas, mas também como um potencial meio de resolução de problemas, no País. Comentou que as metrópoles, na conjuntura socioeconômica atual do País, apresentam passivos (pontos negativos) e ativos (pontos positivos), e que estes últimos devem ser valorizados para a viabilização do progresso nacional. Considerou importante que as metrópoles sejam um espaço propício ao desenvolvimento da Política, haja vista o baixo índice de civismo e politização existente em diversos aglomerados urbanos. Disse que o debate sobre metrópole, atualmente, funda-se numa dualidade de visões pessimista e esperançosa das metrópoles, considerando os problemas comumente enfrentados por esses aglomerados urbanos, por um lado, e, por outro, seu potencial de desenvolvimento socioeconômico. Ressaltou que as pesquisas têm demonstrado que, nas grandes cidades, concentram-se as forças capazes de alavancar o desenvolvimento econômico do País. Comentou que as atividades direcionadas à prestação de serviços, consideradas de significativa relevância para o desenvolvimento econômico, desempenham-se, principalmente, nas grandes cidades. Considerou que as metrópoles concentram as atividades mais dinâmicas para o desenvolvimento econômico, por existir, nesses aglomerados urbanos, menos incerteza em relação a uma economia volátil. Saliou que a existência de um meio social que possibilite a mobilização do conhecimento e da informação é mais importante que a condição monetária e pode ser fator de distinção, em termos de desenvolvimento, entre uma e outra cidade. Saliou que, tendo em vista a existência, no País, de um número significativo de conglomerados urbanos com funções metropolitanas, ou seja, atividades de comando e de mobilização, pode-se dizer que existe “um Brasil urbano metropolitano”. Comentou que é possível identificar 15 (quinze) conglomerados com funções metropolitanas na rede urbana brasileira, nos quais se concentram, aproximadamente, 55% (cinquenta e cinco por cento) do Produto Interno Bruto - PIB - nacional. Destacou como o mais importante conglomerado urbano, em termos de potencial de desenvolvimento econômico, aquele composto pelos municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro, com destaque para o primeiro. Mencionou que Belo Horizonte, assim como Porto Alegre, Curitiba, Recife e Fortaleza, aparecem em quarto lugar. Destacou a importância da criação de condições políticas de cooperação entre essas redes urbanas para o desenvolvimento. Acrescentou que tal cooperação deve ocorrer entre os poderes Executivo e Legislativo e entre o Poder Público e a sociedade civil. Observou, contudo, que a disparidade no grau de integração dos municípios que compõem regiões metropolitanas dificulta a cooperação. Mencionou que, de acordo com pesquisas, 65% (sessenta e cinco por cento) dos municípios que integram regiões metropolitanas apresentam baixo ou muito baixo grau de integração. Apontou, como obstáculos a que as metrópoles sejam um local propício para a implementação de políticas de desenvolvimento socioeconômico, a crescente segmentação territorial, a informalização do mercado de trabalho, a desestruturação do sistema de divisão de moradias e uma crise de mobilidade intra- metropolitana, que contribuem para o processo de favelização. Advertiu para a existência, nos conglomerados urbanos, de uma crise do regime de bem-estar social e de uma segregação residencial. Disse que a segregação residencial se caracteriza pela fragilidade das instituições familiares frente aos problemas atuais de moradia. Saliou que, além das riquezas, nas regiões metropolitanas concentram-se, também, os bolsões de pobreza e a exclusão social. Considerou, como um grande desafio, transformar as metrópoles em lugares propícios à Política, onde se aproveitem os ativos, enfrentem-se os passivos, tanto com base na solidariedade como na potencialidade e nos instrumentos existentes nas metrópoles, com vistas a um desenvolvimento

metropolitano.

Mesa Temática 2: “A Questão do Planejamento Metropolitano” (compatibilização dos planos diretores e das políticas em geral, funções públicas de interesse comum, desenvolvimento econômico aliado às questões social e ambiental).

Coordenadores da Mesa:

- Vereador Vinícius Dantas, da Câmara Municipal de Belo Horizonte
- Vereador Paulo Sérgio de Sião, da Câmara Municipal de Santa Luzia

Debatedores:

- Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação de Belo Horizonte, Júlio Ribeiro Pires
- Professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -, Geraldo Magela Costa
- Coordenador Executivo da Diretoria do Instituto Horizontes, Marcos Villela de Sant'Anna

Duração da exposição: 1h

Síntese da exposição:

- **Secretário Júlio Ribeiro Pires:** afirmou que, no Brasil, os municípios possuem uma política urbana precarizada, ligada à fragilidade da institucionalização. Lembrou que, em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil conseguiu dotar as regiões metropolitanas de instrumentos institucionais capazes de enfrentar os seus aspectos ativos e passivos. Por outro lado, afirmou que os municípios não possuem recursos, organização política e forma de participação popular adequadas, para torná-los unidades federativas independentes e capazes de desenvolver um processo coordenado de ação que os instrumentalizem para enfrentar suas dificuldades. Avaliou que, quando surge a necessidade de se resolverem conflitos, por vezes, os interesses podem-se chocar. Salientou que os municípios não têm instrumentos para enfrentar essa situação. Destacou exemplos de conflitos de interesse entre os municípios, como a guerra fiscal, e apontou a necessidade da adoção de métodos que a diminuam. Citou emenda à Constituição da República que impôs condições de cobrança de impostos, com o objetivo de possibilitar o fim da guerra fiscal. Destacou, ainda, a participação decisiva do Governo Estadual para viabilizar a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ressaltou a necessidade de se verificar o que seria de interesse comum dos municípios da RMBH, para que ações sejam executadas por meio de um relacionamento entre os municípios dela integrantes. Para ele, questões como “município dormitório”, segurança do transporte, abastecimento alimentar, saúde, saneamento, organização do território, entre outros, são temas de interesse comum dos municípios e que, portanto, devem ser tratados em conjunto. Avaliou que a RMBH é quase uma cidade grande, mas constituída por cidades menores. Nesse sentido, para intervir na RMBH, sugeriu a adoção de uma “teia metropolitana”, já que um problema gera outro em cadeia. Exemplificando, citou a criação de atividades econômicas, que trazem, em si, a necessidade da organização territorial, de

forma a não haver ocupação desordenada. Lembrou, ainda, que a essa organização territorial deve estar ligada a questão da ocupação territorial. Registrou que, por meio dos planos diretores de cada município, podem ser definidas questões comuns aos municípios, relativas ao transporte público, saneamento, lixo, fornecimento de água, entre outros. A seu ver, os problemas citados afetam à RMBH e, portanto, não podem ser resolvidos no espaço de uma única cidade. Considerou que as questões na área de Saúde devem ser resolvidas por cada município, de forma a evitar que a população se desloque para outro município para buscar atendimento médico. Afirmou que, associada à saúde, deve estar a questão do meio ambiente, que deve ser resolvida sob um ponto de vista sustentável. Declarou que as “teias metropolitanas” são conjuntos de questões que dizem respeito a uma esfera metropolitana, que se vão desencadeando e impondo a necessidade de um planejamento capaz de enfrentá-las, culminando num resultado positivo. Disse que os problemas não devem ser enfrentados um a um, mas como parte de um todo. Afirmou que “o todo é maior do que a soma das partes”. Destacou a necessidade de se construir uma visão mais solidária do que competitiva entre os municípios que compõem a Região Metropolitana. Disse que se deve trabalhar pensando na adoção, a longo prazo, de um conjunto de políticas públicas, capazes de minimizar os problemas existentes em várias áreas das regiões metropolitanas.

- **Geraldo Magela Costa:** apresentou dados referentes ao que considera como extraordinário crescimento populacional que vem ocorrendo, desde a década de 1970, nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em especial, nos municípios de Ibituripe e Ribeirão das Neves. Apresentou quadro referente ao deslocamento da população da RMBH. Informou que, de acordo com os dados apresentados, os deslocamentos da população originam-se dos municípios de Contagem, Santa Luzia, Ibituripe, Betim, Vespasiano, Sabará, Ibituripe e Nova Lima e o destino principal é Belo Horizonte. Exemplificando, informou que 75.000 (setenta e cinco mil) pessoas deslocam-se diariamente de Contagem para trabalhar em Belo Horizonte e que, de Ribeirão das Neves, 51% (cinquenta e um por cento) da população ocupada deslocam-se para Belo Horizonte. Lembrou que todas as regiões metropolitanas deveriam ter aprovado seus Planos Diretores até o final de 2006. Disse ter visitado os municípios citados, que se mostram preocupados com a questão do planejamento, na medida em que não desejam transformar-se em meros “municípios dormitórios”. Informou que, segundo pesquisa Origem-Destino datada de 2002, os 8 (oito) municípios acima mencionados enviam, diariamente, para Belo Horizonte, uma população ativa de 270.000 (duzentas e setenta mil) pessoas, o que representa 94% (noventa e quatro por cento) do movimento pendular diário de todos os municípios da RMBH. Manifestou satisfação pela realização desse Fórum, que considera um importante ponto de partida para a discussão dos problemas que atingem a RMBH. Destacou, ainda, a questão da habitação, que, a seu ver, precisa ser mais bem trabalhada pelos governantes, de forma a interromper o processo de deslocamento da população e a evitar que os municípios se transformem em “municípios dormitórios”. Associada a essa questão, apontou o problema que se refere ao transporte e à mobilidade. Quanto à questão do parcelamento, da ocupação e do uso do solo, matérias da competência dos municípios, manifestou preocupação com o parcelamento e a ocupação das áreas

limítrofes entre os municípios. Por fim, citou a questão da regularização fundiária, em razão da existência de parcelamentos irregulares. Destacou a importância da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH -, que enfatiza a necessidade da implantação de um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, como instrumento de planejamento. Afirmou que, além das funções de gestão e de articulação, a Agência RMBH deve-se preocupar com o planejamento. Alertou para a necessidade de se pensar um outro tipo de planejamento, diferente daquele do passado que era visto como uma atividade isolada do processo de gestão e se baseava em diagnósticos orientados por uma certa racionalidade técnica divorciada da política. Apontou, igualmente, a questão do monitoramento, que, também, deve integrar o planejamento metropolitano. Registrou, ainda, que esse planejamento tem de ser participativo, ou seja, a sociedade civil, em geral, tem de ser inserida nesse processo. Afirmou, por fim, que o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento deve ter um caráter redistributivo, levando-se em conta o poder econômico e a capacidade financeira dos municípios que compõem a RMBH.

- **Marcos Villela de Sant'anna:** avaliou que os problemas abordados neste Seminário não eram problemas tópicos ou recentes, mas problemas que ocorrem há anos e décadas e que, de um modo geral, se estariam agravando. Considerou que os governantes anteriores não foram menos interessados ou competentes para resolver os problemas, mas que lhes faltaram planejamento e gestão eficaz das cidades. Defendeu a implantação do Plano Estratégico da Grande Belo Horizonte. Informou que esse Plano difere de planos anteriores por ter sido planejado sob a ótica do beneficiário do planejamento, que é a sociedade, e não do planejador. Acrescentou que outra diferença está na forma de fazer o planejamento que privilegiou o problema e sua solução, sem se preocupar com os limites geográficos de cada município. Disse que esse Plano aborda, especificamente, problemas de nove municípios: Belo Horizonte, Betim, Ibirité, Contagem, Nova Lima, Santa Luzia, Ibirité, Sabará, Vespasiano. Apontou, ainda, uma terceira diferença que é a necessidade de se ter uma visão de longo prazo, ou seja, esquecer-se dos limites geográficos e captar-se a essência do problema e seu prazo. Apontou a necessidade de se “enxergar para onde queremos ir” e de se saber como se quer que o município seja daqui a vinte anos, por exemplo. Frisou que os problemas não respeitam divisas. Citou, como exemplos, a dengue, a poluição, a violência, a água e o esgoto, entre outros. Avaliou que a divisa é impedimento para a ação municipal, pois um município não tem autonomia para atuar no território de outro município. Propôs o abandono do rigor geográfico com o fim de que se possa centrar no problema propriamente dito. Informou que as ações de interesse público obedecem a um tripé, na medida em que precisam do Governo, que decidirá quais ações tomar; do executor, que as executará; e do beneficiário, que será o destinatário da ação. Salientou, no entanto, que a ordem desse tripé precisa ser alterada, pois, em seu entendimento, em primeiro lugar, deve ser ouvida a comunidade, para saber o que ela realmente quer, antes de se decidir e executar qualquer ação. A seu ver, só a comunidade é capaz de identificar seu problema e o que precisa ser feito para resolvê-lo, o que permite ao Governo tomar a decisão correta. Concluiu que, por isso, o Plano apresentado por ele é considerado “estratégico”, pois parte da ótica da comunidade, e não da ótica do planejador.

Duração do debate (perguntas e respostas): 15min

Síntese do debate:

Pergunta 1:

Do Professor de Direito da PUC Minas, Anderson Avelino, para o professor de Queiroz Ribeiro: “Para que tenhamos cidades mais democráticas e com maior interesse político por parte dos cidadãos, não seria importante pensarmos na lógica competitiva do mercado produtivo? (As pessoas não se preocupam com os problemas coletivos, e sim os problemas privados).”

Resposta:

Luiz César de Queiroz Ribeiro frisou a existência de duas concepções de desenvolvimento econômico da cidade: uma, que pensa a cidade como mercadoria, ou seja, a única questão central que orienta a política é como essa cidade pode ser melhor do que a que existia, visando ao acúmulo do capital privado. A outra concepção, segundo ele, incorpora a necessidade de ver a cidade como produção, pensando, assim, ser possível combinar uma política de desenvolvimento urbano em que o mercado possui um papel importante com uma política de proteção da cidade como uma sociedade que não pode ser organizada, apenas, segundo as leis do mercado. Avaliou que o desafio dessas concepções é complicado, pois, atualmente, , segundo entende, há, no mundo, um circuito econômico extremamente poderoso, que visa à acumulação de capital e à busca incessante de novas oportunidades de investimento, baseados fundamentalmente, na especulação financeira. Esta, de acordo com Luiz César de Queiroz Ribeiro, acaba se tornando responsável pelas operações de renovação urbana de muitos estados, que buscam nessas cidades ativos extremamente baratos. Exemplificou as cidades nordestinas que estão sendo incorporadas aos circuitos de turismo mundiais. Avaliou que essas cidades estão sofrendo um processo brutal de desestruturação, tornando-se cidades fragmentadas. Disse ser possível desenvolver uma política de desenvolvimento voltada para tornar a cidade um “lugar de ancoragem duradoura”, utilizando os recursos próprios da cidade. Considerou que o planejamento urbano é necessário para tornar a cidade um lugar de desenvolvimento.

Pergunta 2:

De José Maria para o professor Luiz César de Queiroz Ribeiro: “O nobre nome que se dá à pobreza, caracterizado por ‘setor de vulnerabilidade social’, não seria uma válvula de escape para os governos anti-sociais?”

Resposta:

Luiz César de Queiroz Ribeiro disse existir uma disputa de nomenclatura, pois aquilo que alguns chamam de pobreza outros chamam de situação de vulnerabilidade. Disse que a pobreza não é mais caracterizada pela escassez absoluta de recursos, e sim pela escassez relativa de recursos, ou seja, pela capacidade de ativos necessários para aproveitamento e criação de oportunidades na cidade. Disse que as favelas estão repletas de bens duráveis, o que não retira a condição de pobreza dessas favelas, pelo fato de seus moradores não terem oportunidade de ter uma trajetória virtuosa na sociedade.

Pergunta 3:

Do estagiário da DIVCOL, Henrique Braga Júnior, para o professor Luiz César de Queiroz Ribeiro: “Na configuração do mercado globalizado, o trabalho imaterial (intelectual) assume um papel central. Como poderemos ir de encontro ao desenvolvimento em uma realidade de falta de investimentos em educação básica e pesquisa no campo tecnológico?”

Resposta:

Luiz César de Queiroz Ribeiro disse perceber a universalização do ensino básico, mas considera que essa universalização não está sendo acompanhada efetivamente pelo aumento da escolarização real dos alunos. Disse que, conforme dados do Governo, os jovens que prosseguem os estudos, matriculando-se no ensino secundário ou técnico, possuem escolaridade semelhante ao ensino básico e, por vezes, abaixo desse nível. É difícil pensar uma política de desenvolvimento em que se trabalhe com o conhecimento como força cognitiva, como é a realidade econômica do mundo globalizado em uma sociedade que possua graus de analfabetismo funcional e ausência de uma política efetiva de desenvolvimento de capacitação tecnológica.

Pergunta 4:

De Marcos Landa, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, para o professor Luiz César de Queiroz Ribeiro: “Como implementar as possibilidades de desenvolvimento metropolitano, quando estão sendo aprovados planos diretores conflitantes, melhor dizendo, planos que vão na contra-mão do desenvolvimento mais global, onde fica configurado que os interesses individuais (empresas e grandes imobiliárias) se sobrepõem aos interesses coletivos das cidades?”

Pergunta 5:

De Juliana Chammas para o professor Luiz César de Queiroz Ribeiro: “A metropolização e a globalização caminham juntas com a fragmentação. Fragmentação do espaço urbano, social e da própria governança territorial. Sociologicamente, assistimos à transformação e à instalação de uma nova forma de solidariedade, não mais exclusivamente orgânica, nem mecânica, mas que influi, diretamente, na atual produção do espaço urbano na dinâmica socioeconômica e política da cidade e da metrópole. Esta nova solidariedade que pessimistamente J. Goudard e F. Ascher denominam ‘reflexiva’ se apóia na individualidade e na efemeridade das relações sociais. Sendo assim, como pensar o planejamento metropolitano revelando-se a fragmentação e esta nova solidariedade que se apresentam hoje, como ordem do dia, no que diz respeito ao espaço urbano metropolitano?”

Pergunta 6:

Do Vereador de Sete Lagoas, Claudiney Dias, para o professor Luiz César de Queiroz Ribeiro: “Como articular planejamento e gestão das metrópoles tendo em vista o desafio do descontrole demográfico e seu caráter subjetivista? Articular planejamento, gestão e subjetividade...”

Esta pergunta não foi respondida verbalmente. Foi entregue ao professor Luiz César de Queiroz Ribeiro para que ele responda por *e-mail*.

Pergunta 7:

De Alexandre Canuto para o professor Geraldo Magela Costa: “O foco na

habitação, na regularização fundiária e nos transportes não acabariam sendo apenas paliativos, se considerados como instrumentos que amenizam as conseqüências negativas desses movimentos pendulares dos oito municípios citados para Belo Horizonte? Não teria mais eficácia uma política que envolvesse, também, a capacitação profissional e a geração de emprego e renda em tais municípios? Que alternativas existem para lidarmos com as conseqüências negativas de tais movimentos pendulares?”

Resposta às perguntas 4, 5 e 7:

Geraldo Magela Costa apontou a importância de se criarem oportunidades de trabalho nos municípios considerados “cidades dormitórios”. Além dessas oportunidades de trabalho, devem ser criados, também, serviços, principalmente, nas áreas de Saúde e Educação. Disse que todas as perguntas são pertinentes e reforçam a questão da gestão que se preocupa com a execução rápida - justificada pela urgência de solução para os problemas - e que, paralelamente, resgata outra atividade que exige tempo maior de planejamento, processo a ser pensado dentro do arranjo institucional criado para a RMBH.

Pergunta 8:

De Humberto Sampaio, do Conselho de Saúde - NE/BH -, para o Secretário Júlio Ribeiro Pires e para Geraldo Magela Costa: “Por que quando as prefeituras organizam conjuntos habitacionais, também não organizam as unidades de Saúde, escolas e infra-estrutura para não causar um impacto social?”

Resposta:

O Secretário Júlio Ribeiro Pires disse que Saúde e Educação devem ser uma preocupação das administrações municipais e que esses temas não se relacionam com o tema específico desse Fórum.

Pergunta 9:

De José Maria, do gabinete da Vereadora Ana Paschoal, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, para o Secretário Júlio Ribeiro Pires: “A Agência de Desenvolvimento Metropolitano - AGEM - nas suas atribuições, vinculado aos diversos conselhos deliberativos, poderia promover e definir planejamento para inversão de prioridades orçamentárias a nível de estado e, assim, atender as necessidades dos municípios menos assistidos no formato do Orçamento Participativo?”

Resposta:

O Secretário Júlio Pires disse que o planejamento, nesse caso, deve ser feito de forma participativa. Quanto à maneira de participar, frisou que há muitas formas de participar, sendo o Orçamento Participativo apenas uma delas. Destacou ser o Orçamento Participativo - OP - uma forma de participação popular tradicional, utilizada pela administração municipal de Belo Horizonte, mas destacou que, mesmo em Belo Horizonte, há outras formas de participação popular tão importantes quanto o OP. Frisou que o planejamento tem de ser feito de forma “compartilhada com os atores envolvidos”. Para ele, é necessário que o planejamento seja apropriado pelos cidadãos que residem na Região Metropolitana, que vão ser, ao mesmo tempo, objeto e agentes desse planejamento.

Mesa Temática 3: “O Papel do Poder Legislativo e a Efetividade da Democratização do Planejamento e da Gestão Urbana”

Coordenadores de Mesa: Vereadora Luzia Ferreira, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, e Vereadora Tereza Cristina Garcia, da Câmara Municipal de Rio Acima

Debatedores:

- Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA -, Marcos Túlio de Melo
- Coordenador do Projeto Qualidades do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES -, Deputado Federal Luiz Paulo Vellozo Lucas
- Coordenador do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais da Secretaria Nacional de Programas Urbanos - Ministério das Cidades -, Renato Balbim
- representante do Fórum Mineiro de Reforma Urbana, Ednéia Aparecida de Souza

Duração da exposição: 1h20min

Síntese da exposição:

- **Deputado Federal Luiz Paulo Vellozo Lucas:** explicou que, ao fim do seu segundo mandato como Prefeito de Vitória, no Estado do Espírito Santo, propusera ao BNDES a realização de estudo sobre a qualidade de vida nas cidades, o qual recebeu o nome de qualidades. Esclareceu que a palavra qualidades fora criada durante a realização de seminários internacionais sobre cidades com qualidade de vida, realizados em Vitória. Explicou que participara da coordenação desse estudo. Informou que o relatório produzido por esse estudo encontra-se à disposição de todos na biblioteca do BNDES. Registrou que esse estudo impulsionou o lançamento do livro “Qualidades - Poder Local com Qualidade na Administração Pública”, de sua autoria. Manifestou a convicção de que a estrutura administrativa necessária ao funcionamento de um município é uma carga financeiramente pesada para a maioria dos municípios de pequeno porte, com características predominantemente rurais e com baixa arrecadação. Acrescentou que isso faz com que esses municípios tenham poucos recursos para investir. Registrou que, dos 5.700 (cinco mil e setecentos) municípios brasileiros, aproximadamente, 1.000 têm características econômicas urbanas e que 1.100 recolhem Imposto sobre Serviços - ISS - e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU. Registrou que esses municípios têm sua autonomia prejudicada, uma vez que dependem do Estado e da União para a realização de investimentos. Defendeu para esses municípios a criação de um modelo institucional menos oneroso. Defendeu, ainda, que não esteja a cargo dos municípios a realização de investimentos de infra-estrutura urbana mínima. Comentou os problemas enfrentados pelas dezessete regiões metropolitanas do Brasil, como adensamento desordenado em áreas de interesse ambiental, mercado imobiliário informal,

infra-estrutura escassa e tardia, favelização, altos índices de violência, sistemas de transporte deficientes, entre outros. Manifestou preocupação com a inexistência de planos de expansão na maioria das regiões metropolitanas brasileiras. Defendeu a criação desses planos. Esclareceu como o aumento do adensamento populacional pode contribuir para a desvalorização imobiliária. Citou, como exemplos, os casos dos municípios de Guarapari, Cabo Frio e Porto Seguro. Defendeu a revisão da estrutura de poder local no País, por considerar que há um déficit desse poder no Brasil. Defendeu, para os municípios rurais e para as cidades menos dinâmicas, a instituição de um poder local menos oneroso em termos de estrutura burocrática. Defendeu a implantação do sistema de voto distrital e, também, a realização, em conjunto, dos orçamentos dos municípios que integram microrregiões homogêneas, que são, aproximadamente, 600. Explicou que uma reforma dessa natureza alteraria os sistemas federativo, político, tributário e orçamentário do Estado. Considerou que a cooperação entre municípios só ocorrerá quando houver estímulos financeiros estatais, e o orçamento for realizado de forma cooperativa entre os municípios de uma mesma microrregião. Sustentou a necessidade de instituição do voto distrital e a unificação dos orçamentos de municípios pertencentes a uma mesma microrregião. Disse que a tese do projeto Qualidades está em construção. Colocou-se à disposição para debater esse projeto, com o fim de aprimorar idéias sobre a questão.

- **Marcos Túlio de Melo:** apresentou os seguintes dados de pesquisa sobre a Efetividade da Democratização do Planejamento e da Gestão Urbana no Brasil, que foi concluída em outubro deste ano: até maio de 2006, dos 1.684 municípios que deveriam, obrigatoriamente, elaborar o Plano Diretor, 1.244 estavam executando o Plano, 242 haviam concluído a execução do seu Plano e 198 municípios não haviam iniciado a elaboração do respectivo Plano Diretor. Foram considerados pela pesquisa, como participativos, os planos diretores de 396 municípios, 549 municípios tiveram os planos diretores considerados não participativos e 541 municípios não puderam ser enquadrados em nenhuma dessas categorias por haver divergência de opiniões entre os coordenadores da pesquisa. Explicou que, num universo de 1.552 municípios, até outubro de 2006, 18 municípios não elaboraram ou revisaram o Plano Diretor, 562 municípios tinham aprovado ou revisado os planos diretores, 346 municípios estavam com os planos diretores em fase de aprovação no Legislativo, 427 municípios tinham Plano Diretor em desenvolvimento pelo Executivo e 110 municípios não responderam satisfatoriamente à pesquisa. Esclareceu que essa pesquisa coletou dados sobre a terceirização da elaboração do Plano Diretor. Apresentou os seguintes dados sobre esse aspecto da pesquisa: 907 municípios fizeram uso de terceirização em alguma parte do processo de elaboração do Plano Diretor, 385 municípios desenvolveram o Plano Diretor com equipes do próprio quadro de funcionários e 260 não apresentaram resposta sobre esse quesito. Apresentou, também, os seguintes dados sobre a(s) parte(s) do Plano Diretor que foi(foram) terceirizada(s) pelos municípios: 435 municípios terceirizaram todo o trabalho com o Plano Diretor, 434 municípios terceirizaram apenas assessoria ou consultoria, 92 municípios terceirizaram apenas bancos de dados específicos, 147 municípios terceirizaram apenas dados georeferenciados e 162 municípios terceirizaram os levantamentos técnicos. Considerou que essa pesquisa demonstra que a maioria dos

municípios elaboraram os planos diretores sem participação popular. Informou que o Plano Diretor de 1.032 municípios continha estudos socioambientais, 1002 municípios possuíam estudos socioeconômicos, 976 possuíam estudos sobre áreas de risco, 932 tinham feito estudos específicos sobre a Educação no município, 898 tinham providenciado análise sobre equipamentos urbanos, 902 possuíam estudos sobre a área habitacional, 989 tinham estudado sobre infra-estrutura básica, 883 fizeram integração com planos, projetos e programas extramunicipais, 795 tinham análise dos recursos hídricos, 748 tinham feito análise de mercado imobiliário, 732 estudaram o patrimônio histórico-cultural e o turismo, 673 fizeram estudos sobre saúde pública, 693 providenciaram estudos sobre a área rural, integrando-a ao Plano Diretor, 542 discutiram ou fizeram previsões acerca da segurança pública, 435 tinham estudos sobre transporte e mobilidade, 973 municípios incluíram Zonas Especiais de Interesse Social no Plano Diretor, 838 municípios trataram o parcelamento de edificação compulsória no Plano Diretor, 919 municípios trataram do IPTU progressivo no tempo, 734 municípios estudaram sobre a contribuição de melhoria no Plano Diretor, 736 municípios possuíam estudos sobre direito de superfície, 814 municípios trataram sobre direito de preempção, 778 municípios tinham estudos sobre transferência do direito de construir, 717 municípios estudaram sobre operações urbanas consorciadas, 725 municípios trataram sobre outorga onerosa do direito de construir, 610 municípios providenciaram estudos sobre outorga onerosa de operação de uso e 835 municípios trataram sobre aplicação do estudo de impacto de vizinhança. O Deputado disse, também, que essa pesquisa questionou as prefeituras dos municípios selecionados acerca das três principais preocupações que as levaram à elaboração do Plano Diretor. Afirmou, ainda, que, apenas, 20,2% (vinte vírgula dois por cento) dos municípios se preocuparam com a participação do cidadão na elaboração do Plano Diretor. Ressaltou a importância do Poder Legislativo no estímulo à participação do cidadão na elaboração do Plano Diretor. Ponderou que a concentração populacional nas regiões metropolitanas se deve ao fato de que essas regiões concentram as melhores oportunidades de empregos. Defendeu uma mudança no modelo de planejamento urbano do País, para que, a médio e longo prazo, sejam criadas oportunidades em áreas diversas das regiões metropolitanas.

- **Renato Balbim:** explicou que a pesquisa sobre planos diretores, apresentada por Marcos Túlio de Melo, subsidiou debate sobre a questão, no Ministério das Cidades. Registrou que o Ministério das Cidades publicou, em 29/8/07, Edital de Assistência Técnica para apoiar a implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade nos planos diretores. Remontou às décadas de 60 e 70, para fazer uma recapitulação histórica do surgimento da Região Metropolitana, mostrando que o Estado ditatorial brasileiro tinha política e ideário voltados para o desenvolvimento das regiões metropolitanas. Comentou que o instituto do consórcio público é um instrumento que possibilita a cooperação entre os municípios. Defendeu a promoção do debate pelo Estado, especialmente, pelo Poder Legislativo, para que seja estimulado o ressurgimento do ideário da Região Metropolitana. Opinou que as regiões metropolitanas devem ser pensadas não em si mesmas, mas no papel que cumprem nas suas dinâmicas com as outras partes do território nacional. Ressaltou a necessidade de que os planos diretores dos municípios sejam elaborados conjuntamente e utilizem

mecanismos que promovam a participação popular. Ponderou sobre a necessidade de mudanças no sistema eleitoral, para que seja promovida a integração entre municípios e o estímulo à atuação intermunicipal de parlamentares. Defendeu a integração dos marcos legais, sobretudo, urbanísticos e territoriais, entre municípios de uma região metropolitana. Defendeu, também, a integração da agenda desses municípios. Encerrou sua apresentação, colocando as seguintes questões para motivar reflexões e discussões futuras sobre regiões metropolitanas: para que nos servem as regiões metropolitanas? Que futuro as regiões metropolitanas apontam?

- **Ednéia Aparecida de Souza:** esclareceu que, no início da campanha nacional pela elaboração de planos diretores participativos, fora formado o Núcleo Estadual pelos Planos Diretores Participativos do qual participara. Declarou que não se surpreendeu com os dados apresentados por Marcos Túlio de Melo, que revelam o baixo grau de participação popular na elaboração dos planos diretores. Comentou a importância da participação popular na elaboração de planos diretores para que a cidade seja acessível a todos, e não, apenas, a parcela da população. Comentou sobre como a concentração de serviços em Belo Horizonte prejudica o acesso dos moradores das demais cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Apresentou as seguintes propostas e reivindicações elaboradas pelo Fórum Mineiro de Reforma Urbana: “1) No âmbito da gestão democrática e participativa das cidades: a ampliação do espaço de participação da sociedade civil no Conselho Metropolitano e a continuação do processo das conferências metropolitanas; a assinatura pelo Governo do Estado de Minas Gerais da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, aderindo à campanha para o reconhecimento do Direito à Cidade como um direito fundamental do ser humano. 2) No âmbito da regularização fundiária: assistência técnica e jurídica gratuita para população de baixa renda: solicitamos que a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano firme convênio com os movimentos mineiros de reforma urbana, universidades, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - e Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CREA -, para garantir o serviço de assistência técnica e jurídica gratuita para moradores de favelas, cortiços, loteamentos irregulares e clandestinos de baixa renda da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A simplificação dos procedimentos administrativos para a regularização fundiária de interesse social, destinada às áreas ocupadas por população de baixa renda e por populações tradicionais, em especial, no que se refere ao licenciamento ambiental. 3) No âmbito da moradia digna para a população com renda de até cinco salários mínimos: a regulamentação pelo Estado de Minas Gerais da Lei nº 11.124/05, que ‘Cria o Fundo e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS –’; a destinação das terras vazias e dos prédios desocupados, ou parcialmente ocupados, para habitação de interesse social, mediante a regularização fundiária e urbanística das áreas ocupadas por população de baixa renda, bem como a construção de habitação de interesse social para atender a população de zero a três salários mínimos, com o acesso prioritário para as mulheres, chefes de família, afro-descendentes, vítimas de violência, soropositivas, desempregadas ou em situação de vulnerabilidade. 4) No âmbito do saneamento ambiental e dos serviços: o acompanhamento do Projeto de Lei nº 5.296/05, que ‘cria a Política Nacional de Saneamento Ambiental’, encaminhado pelo Governo Federal, após amplo debate nacional com a sociedade, para aprovação na íntegra, pelo Congresso Nacional. 5) No âmbito

do transporte: promoção de políticas que garantam o direito ao transporte público de qualidade, por meio de recursos permanentes para o setor; o barateamento das tarifas por meio da prática de justiça social e da justiça tributária; a priorização do uso do sistema viário para o transporte público; a integração entre os vários modais de transporte; a ampliação do sistema metro-ferroviário nas regiões metropolitanas; a ampliação das ciclovias e ciclofaixas; a paz no trânsito por meio de campanhas; a liberação de recursos contingenciados e a adoção de medidas que garantam acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.” Ednéia Aparecida de Souza encerrou sua apresentação com a seguinte mensagem do Fórum Mineiro de Reforma Urbana para o Fórum Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte: “O Fórum Mineiro de Reforma Urbana aposta que o Fórum Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte representa um espaço para que sejam elaboradas e difundidas - por meio de ações de exigibilidade e pressão política - políticas públicas que promovam o direito à cidade e garantam à população excluída o acesso aos bens e serviços urbanos (com enfoque nas políticas de saneamento ambiental, habitação, e regularização urbanística e fundiária), bem como sua inserção econômica (com enfoque no acesso à renda e no fortalecimento da economia popular e solidária) na perspectiva de um novo modelo de cidades justas e democráticas.”

Debate (perguntas e respostas): 47min

Síntese do debate:

Perguntas 1:

Do representante do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, Ibiraci José do Carmo para o Coordenador do Projeto Qualidades do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES -, Deputado Federal Luiz Paulo Vellozo Lucas: “Você teria algum modelo de transporte coletivo metropolitano de sucesso em países que já passaram por esta etapa nossa?”

Resposta:

O Deputado Luiz Paulo Lucas disse que o Transporte é um dos serviços em que a necessidade de cooperação horizontal coloca-se de forma muito clara, sendo a espinha dorsal de qualquer Plano Diretor que projete o crescimento ordenado das cidades. Afirmou que, havendo um sistema de transporte coletivo eficiente, pode-se planejar a expansão das cidades, dos bairros e de habitação de interesse social. Ao mesmo tempo, deve corresponder a essa expansão uma oferta habitacional no entorno de eixos eficazes de transporte coletivo. Comentou sua participação em fóruns sobre transporte coletivo na África. Frisou que eles não têm ônibus e que lutam para implantar, minimamente, um sistema de transporte coletivo. Disse que, no Brasil, por muitos anos, um dos exemplos paradigmáticos foi Curitiba; em Bogotá, atualmente, o Transmilenium é um exemplo para a América Latina; e, em Santiago, há um bom sistema de transporte em fase de implantação. Observou que, no Brasil, as frotas de ônibus crescem de 12 a 15% ao ano; os automóveis usam 90% das vias e transportam 10% das pessoas, e os ônibus transportam 90% das pessoas. Comentou que não há capacidade para construção de corredores exclusivos, no sentido de restringir o acesso de automóveis particulares, mas de oferecer alternativas de um transporte coletivo de boa qualidade, a um preço acessível, à população. Disse que há uma discussão em relação à retirada dos impostos federais, estaduais e municipais do

sistema de transporte coletivo por ônibus, que, atualmente, no Brasil, atende a um volume da ordem de 56 milhões de passageiros por dia, sendo o maior sistema de transporte a diesel, sobre pneus, do mundo. Ressaltou que o sistema de transporte coletivo é assediado pelo sistema clandestino, paralelo, que, além de concorrer de forma desleal, só atua na hora do *rush* e não transporta as gratuidades. Informou que há bons exemplos de transporte coletivo no mundo. Mencionou sua visita recente à cidade de Barcelona, na Espanha, onde constatou um excelente sistema de transporte. Esclareceu que, nessa cidade, não há um governo metropolitano, mas um consórcio de transporte coletivo e que este é o único sistema em que cerca de 15 municípios gerenciam, de forma cooperada, todo o transporte coletivo (metrô, trens e ônibus). Reafirmou que, na América Latina, os bons exemplos de gerenciamento de transporte coletivo estão em Bogotá, Santiago e Curitiba.

Pergunta 2:

Do representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Marcos Landa, para o Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA -, Marcos Túlio de Melo: “Se o quadro dos planos diretores é tão caótico, por onde a sociedade vai partilhar se, no Conselho, a participação da sociedade civil é praticamente excludente?”

Resposta:

Marcos Túlio de Melo disse que está extremamente otimista com o processo de planejamento que houve recentemente. Observou que os passos seguintes são a participação na elaboração e na gestão, que é o grande desafio. E, para isso, disse ser necessário transformar os conselhos de forma a garantir-lhes, de fato, participação, mais representação social e, principalmente, efetividade. Afirmou não haver sentido na existência de um Conselho, se não houver efetividade nas decisões deste.

Pergunta 3:

Da representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Madalena de Oliveira para o Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA -, Marcos Túlio de Melo: “Como você avalia a lógica dos investimentos que empurra para os grandes centros e fortalece as iniciativas individualizadas? É possível reverter o quadro das cidades ilegais?”

Resposta:

Marcos Túlio de Melo disse que é possível reverter o quadro, mas que se trata de uma luta de que todos deverão participar. Comentou que, quando se observa o desenvolvimento brasileiro e o mapa do Brasil, vê-se sempre uma grande concentração no Sudeste, no Sul e na zona próxima ao mar. Afirmou que não há nenhum planejamento territorial, de fato, um projeto de nação. Observou que investimentos, certamente, vão-se deslocar para os locais que oferecerem melhores condições, na busca, inclusive, de mão-de-obra qualificada e do mercado de consumo. Frisou ser preciso, além da visão do planejamento da cidade ou de uma região metropolitana, uma visão de diretriz e um planejamento territorial de país ou de estado. A partir daí, segundo ele, deve-se começar a traçar o balizamento para o planejamento de um município ou de regiões metropolitanas. Criticou a possibilidade de as pessoas se acostumarem com a camada mais pobre da cidade ocupando as zonas inundadas ou de risco geológico. Disse que a cidade deve ser igual para todos, com usufruto de todos

aos sistemas de transporte, habitação, moradia e educação de qualidade. Comentou que a exclusão existe não só em relação à questão de espaço na região semi-árida ou norte do País, mas também em territórios ricos. Como exemplo, observou que, em Belo Horizonte, há segregação da riqueza e da pobreza no próprio Município. Defendeu a luta pela inclusão de todos, evitando-se a segregação. Citou a construção de condomínios fechados e indagou se é isso que todos desejam para o futuro.

Pergunta 4:

De Caroline de Souza P. Rossi Vieira para o Coordenador do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais da Secretaria Nacional de Programas Urbanos - Ministério das Cidades -, Renato Balbim: “É, de fato, importante a participação de todas as esferas federativas, envolvidas na definição dos propósitos da Região Metropolitana. Contudo, diante da fluidez e do dinamismo dos limites das regiões metropolitanas, ora afirmados, e, diante do fato de os limites territoriais das regiões metropolitanas, em Minas Gerais, serem definidos por lei emanada do Poder Legislativo Estadual, quais os instrumentos, as formas participativas (tanto para os cidadãos quanto para os poderes Legislativo e Executivo municipais) que possibilitariam que os limites metropolitanos correspondessem, efetivamente, aos dos municípios que participem dessa dinâmica e que, também, fossem aptos a neutralizar ou, ao menos, minimizar, o *lobby*, no sentido de inserção de determinado município em uma região metropolitana, unicamente, em função de vantagens financeiras/econômicas que poderiam ser auferidas com tal inserção (a exemplo do movimento no sentido de inserção incrementado em função da destinação preferencial de recursos do PAC às regiões metropolitanas), uma vez que as regiões metropolitanas não devem crescer indefinidamente?”

Pergunta 5:

Da representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Madalena de Oliveira, para o Coordenador do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais da Secretaria Nacional de Programas Urbanos - Ministério das Cidades -, Renato Balbim: “A lógica dos investimentos não fortalece a idéia de que cada vez mais ganha quem migra para os grandes centros?”

Resposta às perguntas 4 e 5:

Antes de responder às indagações, Renato Balbim reiterou a informação de que fora lançado, em 29/8/07, um Edital de Assistência Técnica para as ZEIs, no sentido de implementação desse instrumento. Ressaltou a dificuldade na obtenção de investimentos para que o movimento social, ONGs, universidades, OSCIPs e outros, em parceria com o Poder Público, possam influir no processo de implementação dos instrumentos públicos do Plano Diretor. Afirmou que não resolve elaborar-se um Plano Diretor e não aplicá-lo.

Salientou, em seguida, que responderia aos dois questionamentos dirigidos a ele por Caroline Vieira e por Madalena de Oliveira, conjuntamente, por tratarem da mesma questão, ou seja, de investimentos na Região Metropolitana.

Disse, então, que uma política pública tem de ser feita, também, com recorte territorial, sem investimento do PAC pré-destinado, preferencialmente, para a Região Metropolitana. Ressaltou que o PAC não é a única forma de investimento. Observou que há outras fontes de investimento que dão mais suporte de repasse de recursos para pequenos municípios. Salientou que se deve trabalhar a visão

do planejamento territorial porque só a Região Metropolitana não vai responder aos anseios dos pequenos municípios. Observou que, em Santa Catarina, a gestão do transporte do Estado está a cargo de, apenas, uma região metropolitana. Afirmou que Santa Catarina não tem espaço suficiente para comportar sete regiões metropolitanas. Disse que se pode trabalhar com outras formas de regionalização, outras formas de dinâmica que existem no território. Comentou que uma área com forte apego cultural, histórico, como há em Minas Gerais, pode ter mecanismos de gestão e financiamento específicos. Disse que o problema é que a Região Metropolitana não tem identidade. Frisou que o interessante da lógica territorial é que ela dá a visão da utopia, do ideário, porque fica muito claro identificar as zonas territoriais e planejar investimentos específicos para elas, como exemplo, a cacaueteira e a de açúcar. Então, segundo Renato Balbim, esta é uma lógica que deve ser trabalhada no Estado, o planejamento territorial.

Pergunta 6:

Do servidor da Diretoria Legislativa da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Acácio Aquino da Silva, para o Coordenador do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais da Secretaria Nacional de Programas Urbanos - Ministério das Cidades -, Renato Balbim: “Sobre a questão metropolitana, o planejamento. Como se dará o compartilhamento das funções públicas como proposta, sem os rígidos muros da atualidade da Federação Brasileira nas regiões metropolitanas (a municipalidade)?”

Resposta:

Renato Balbim disse que o planejamento territorial é compartilhado. No que se refere à questão de como ele se dá, considera, como essencial, a possibilidade da participação social, mas não como está sendo feito hoje. Frisou que as pessoas têm de trabalhar, educar seus filhos, etc., e que não têm tempo para participar de conselhos, fóruns e outros. Comentou que a participação social deve responder às seguintes perguntas: “Qual o futuro que queremos; qual a cidade que queremos; qual o lugar que tem mais pobres na cidade?” Afirmou que são questões importantes a que a participação social deve responder e que os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo têm de fazer seu trabalho, a partir das determinações que essa participação social prevê.

Pergunta 7:

Do representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Marcos Landa, para a representante do Fórum Mineiro de Reforma Urbana, Ednéia Aparecida de Souza: “Como compartilhar soluções, se na questão metropolitana sobra para a sociedade apenas os problemas comuns? Haja vista que, no sistema de gestão metropolitana da RMBH, a somatória da Assembléia Metropolitana e o Conselho Deliberativo é igual a 89 membros e, destes, apenas 2 representam a sociedade civil. Portanto, como assegurar soluções com tão pequena participação da sociedade civil? Qual é, então, nosso papel na questão metropolitana, se o Poder Legislativo também se fecha à participação popular? Basta ver que são raríssimas as câmaras que têm tribuna popular e são quase inexistentes atividades como esta?”

Resposta:

Ednéia Aparecida de Souza disse acreditar em parcerias iguais a estas que estão sendo construídas, a partir da realização deste Fórum. Comentou que, mesmo

que a sociedade civil não esteja contemplada, em número adequado, na composição do Conselho, está-se constituindo um espaço de diálogo para discutir as idéias e acompanhar o que está sendo, de fato, executado pelo Conselho Metropolitano. Afirmou que nem considera necessário que o Conselho seja deliberativo, porque todos os prefeitos já deliberam.

Pergunta 8:

Da representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Madalena de Oliveira, para a representante do Fórum Mineiro de Reforma Urbana, Ednéia Aparecida de Souza: “Você afirmou que ‘o que está ocorrendo no Morro Alto, em Vespasiano, já acontece em Santa Luzia, despejo no Conjunto Palmital, para onde também foram levadas milhares de famílias oriundas de BH (enchentes do Rio Arrudas).’ Acho que a sociedade, se conseguir também compartilhar as lutas, fortalecerá sua conquista”.

Resposta:

Ednéia Aparecida de Souza concordou com Madalena de Oliveira. Disse esperar que a fala de Madalena se repita em todas as reuniões que serão realizadas pelo Fórum, ou onde for, para que a população possa discutir seus direitos. Afirmou que só por meio de parcerias entre os diversos setores da sociedade é que serão vencidas as idéias ultrapassadas, que imperam na mente de alguns membros da sociedade.

Em seguida, a Presidente passou a palavra ao locutor, José Osvaldo Ribas, que agradeceu a presença de representantes do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA -, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA -, da Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG -, do Núcleo Jurídico de Políticas Públicas e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG - entidades patrocinadoras do evento.

A Presidente agradeceu a presença de todos e, em especial, a dos debatedores. Lembrou que os trabalhos deste Seminário continuariam no próximo dia, 1º/9/07, a partir das 8:30h. Salientou a importância de todos os presentes preencherem o formulário de avaliação do Seminário recebido. Comunicou que os debatedores interessados receberiam um certificado de participação no Seminário.

Data: 1/9/07

Mesa Temática 4: “Administrando Problemas Comuns e Compartilhando Experiências (exposição de experiências de parcerias, convênio e outras formas de cooperação)”.

Coordenadores de Mesa:

- Vereador Tarcísio Caixeta, da Câmara Municipal de Belo Horizonte
- Vereador Luiz dos Santos Ferreira Neto, da Câmara Municipal de Jaboticatubas

Debatedores:

- Coordenador Nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Marcos Landa
- Coordenador do Núcleo Mobilizador de Minas Gerais pelos Planos Diretores Participativos - CREA/MG -, José Abílio Belo Pereira
- Secretário Adjunto de Governo da Prefeitura de Vespasiano e Secretário Executivo do Consórcio dos Municípios da Bacia Ribeirão da Mata -COM 10-, Fábio Bittencourt

Duração da exposição: 58min

Síntese da exposição:

- **Marcos Landa:** saudou a todos e agradeceu a oportunidade de participar deste evento. Ressaltou a criação, no governo atual, de diversos programas de acesso à moradia. Com o apoio de apresentação em vídeo, expôs os benefícios que a expansão do acesso à moradia traz para os municípios, ressaltando os aspectos sociais e econômicos. Apresentou exemplos de projetos de construção de moradias populares que utilizam materiais e tecnologias alternativos, visando a baratear o custo e a aumentar a qualidade e a sustentabilidade das construções. Disse que o Movimento Nacional de Luta pela Moradia não objetiva somente a construção de moradias, mas também atua na capacitação de pessoas, na recolocação profissional dessas pessoas e no desenvolvimento da cidadania em comunidades carentes. Informou que o Movimento foi convidado para desenvolver um projeto de moradias populares em Moçambique, na África.
- **José Abílio Belo Pereira:** saudou a todos e disse que a Constituição da República de 1988 exige que os municípios brasileiros tenham plano diretor. Afirmou que o Estatuto da Cidade também estabeleceu essa exigência, inclusive, o prazo até outubro de 2006. Comentou a formação do núcleo mobilizador pelos planos diretores participativos, visando à mobilização e à capacitação das pessoas responsáveis pela elaboração de planos diretores em Minas Gerais. Disse que um primeiro princípio - a elaboração de planos diretores (projetos de futuro) - deve ser uma construção de e para a cidadania. Considerou que a eficácia do projeto de desenvolvimento pressupõe a participação e a capacitação dos cidadãos. Afirmou que a mobilização e a capacitação provocam uma sinergia na sociedade que permite o desenvolvimento dessas propostas. Considerou que esses projetos devem ser construções coletivas. Segundo ele, um segundo princípio seria planejar é criar para o futuro, de forma responsável. Considerou que planejamento é algo que incomoda os ocupantes de cargos públicos e que é mais fácil ter liberdade que seguir um projeto já discutido e definido. Informou que a legislação estabelece que os orçamentos anuais e plurianuais devem obedecer às regras do Plano Diretor. Um terceiro princípio, na opinião de José Abílio, seria que os processos de elaboração de planos diretores municipais e metropolitanos são processos de inclusão social e territorial da população, conforme enfatiza a legislação. Apresentou dados estatísticos sobre os cursos de capacitação realizados pelo Núcleo, que enfatizam a participação popular nesses cursos. Apresentou dados estatísticos sobre os municípios da RMBH quanto à elaboração e à aprovação de planos diretores.

Disse que é possível elaborar-se um plano diretor metropolitano a partir dos planos diretores municipais.

- **Fábio Bittencourt:** saudou a todos e disse que a criação do Ministério das Cidades é uma experiência vitoriosa, visto que representa a institucionalização da reforma urbana. Enfatizou que pobreza não precisa ser sinônimo de miséria. Defendeu que, para a construção de políticas públicas efetivas, é necessária uma legislação que as embase e apóie. Ressaltou a importância da participação das câmaras municipais nesse processo. Narrou o trâmite da discussão e da aprovação do Plano Diretor no Município de Vespasiano. Enfatizou que o problema do saneamento não pode ser resolvido isoladamente. Disse que as bacias hidrográficas devem servir de base territorial para discussões sobre saneamento. Disse que compartilhar não significa perda de poder, mas ganho de poder, vez que, com a criação de um consórcio para discutir os problemas, surge a possibilidade de entender como agir em conjunto para promover o desenvolvimento. Disse que, nas discussões sobre o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC -, foram reunidos todos os projetos previstos para o Ribeirão da Mata, juntamente com a COPASA. Disse que diversos desses projetos tiveram os recursos garantidos pelos governos estadual e federal. Asseverou que, quando foi instituído o grupo de governança metropolitana, este grupo não previa a participação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e que essa participação foi introduzida, posteriormente, com o apoio do Governador Aécio Neves. Ressaltou que um marco nesse projeto foi a inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão do Onça, ocasião em que foi assinado um Protocolo de Intenções, que prevê o saneamento ambiental desse Ribeirão. Noticiou que foi publicado Decreto que determina a elaboração do plano de saneamento do Ribeirão do Onça. Enfatizou a importância, para o desenvolvimento da região, da participação popular e do planejamento por bacia hidrográfica.

Debate (perguntas e respostas):38min

Síntese do debate:

Pergunta1:

Da representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Madalena de Oliveira, para Marcos Landa: “O Movimento Nacional de Luta Pró Moradia é considerado, pela maioria do Poder Executivo local, como baderneiro e formador de favelas. Poderia discorrer sobre o papel do Movimento nos desafios de humanizar a moradia digna nas regiões metropolitanas? Qual a concepção de moradia do Movimento?”

Pergunta 2:

Da representante do Fórum Mineiro de Reforma Urbana, Ednéia Aparecida de Souza para Marcos Landa: “Qual é, de fato, o papel do Conselho Nacional na fiscalização da aplicação e da distribuição dos recursos federais, em especial, os destinados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC? O Conselho das Cidades - CONCIDADES - tem discutido os critérios para destinar recursos do Fundo Nacional de Interesse Social - FNIS - a entidades, ONG's e cooperativas? Quais?”

Pergunta 3:

Do representante da rede Evangélica Terceiro Setor, Hélio Emiliano Moreira, para Marcos Landa: “Em uma das conferências da habitação, nós aprovamos captação de luz solar econômica, sustentável, barata e ecológica. Como ficaram as questões de os idosos terem espaço sustentável e renda, das cooperativas, e a questão cultural dos quilombos e indígenas, e a questão econômica e moradores de rua? Comente.”

Pergunta 4:

Do funcionário do gabinete do Vereador Silvinho Rezende, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Eustáquio Faria, para Marcos Landa: “Na casa feita de barro coberta com plástico e grama não leva o plástico a apodrecer? E o bambu não representa risco para as famílias?”.

Pergunta 5:

Da representante do Movimento dos Sem-Casa, Geralda, para Marcos Landa: “Nas casas construídas nas técnicas que você apresentou, o material é o barro. Então, qual é o material usado para fazer a conservação? Porque o barro derrete com a chuva”.

Pergunta 6:

Da estudante do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas -, Roseana, para Marcos Landa: “Na questão das casas de adobe, como fica a questão do barbeiro, haja vista que as casas são semelhantes às casas de pau-a-pique?. Há uma proteção e um reboco especiais?”.

Pergunta 7:

Do Vereador Paulino de Sião, da Câmara Municipal de Santa Luzia, para Marcos Landa: “Com respeito ao tijolo ecológico: qual a matéria-prima? Qual o custo de produção? Qual empresa participa desse projeto, principalmente no que tange à construção da máquina para fabricação do tijolo? Qual o custo da uma máquina desta?”.

Resposta às perguntas 1 a 7:

Marcos Landa esclareceu que as chamadas casas ecológicas não se desmancham com as chuvas. Acrescentou que o plástico usado nessas construções não apodrece, pois é de boa qualidade, e o bambu é previamente tratado, não sendo utilizado *in natura*, e que pode substituir o ferro em construções de um único andar. Esclareceu que as casas ecológicas são equipadas com aquecimento solar. Disse que o Fundo Nacional de Interesse Social não contemplou os movimentos sociais e que estes somente podem acessar os fundos, via prefeituras. Acrescentou que existe a previsão de que, a partir do próximo ano, esses movimentos sociais passem a acessar os recursos do Fundo diretamente. Reconheceu que o Movimento Nacional de Luta pela Moradia é considerado, por algumas autoridades públicas, como baderneiro. Esclareceu que existem duas formas de atuação: primeiramente, é sempre feita uma negociação. Se não houver resultado, um segundo momento seriam as ocupações. Disse que o objetivo do Movimento é garantir moradia para todo cidadão de baixa renda. Afirmou que loteamento irregular é questão de ponto de vista, vez que, para o movimento, toda moradia é regular. Informou que tijolo

ecológico é tecnologia antiga, que está, apenas, sendo resgatada. Ressaltou que a Andrade Gutierrez montou, em parceria com a UFMG, uma fábrica de tijolos ecológicos.

Pergunta 8:

De Alexandre, participante do evento, para Fábio Bittencourt: “Que resultados práticos de economia na escola e de poder cooperado podem ser vistos pela população dos municípios do COM 10?”.

Pergunta 9:

Do representante do Conselho Comunitário de Segurança Pública -CONSEP125-, Ernani Ferreira Leandro, para Fábio Bittencourt: “Parabéns pela sua afirmativa de que compartilhar não implica perda de poder. Quanto ao PAC, peço uma reflexão sua com base na regionalização sobre conquistas no âmbito da defesa social, particularmente da segurança pública”.

Pergunta 10:

Da Vereadora Tereza Cristina Garcia, da Câmara Municipal de Rio Acima, para Fábio Bittencourt: “Por que a COPASA não promove o saneamento básico com captação e tratamento de esgotos em municípios onde ela não é a distribuidora de água?”

Pergunta 11:

Da representante do Fórum Mineiro de Reforma Urbana, Ednéia Aparecida de Souza, para Fábio Bittencourt: “A região onde estão os conjuntos habitacionais Morro Alto e Caieiras foram definidas como zonas especiais de interesse social para fins de moradia? A Prefeitura de Vespasiano já entrou com processo administrativo no Estado para regularizar os conjuntos?”

Resposta às questões 8 a 11:

Fábio Bittencourt informou que o entorno da área destinada ao Centro Administrativo do Governo do Estado foi desapropriado para fazer parte do complexo e contribuir com a preservação das nascentes, na região. Disse que, apesar dos loteamentos existentes no local, a legislação deve ser respeitada. Comentou sobre os benefícios para a economia local, em decorrência do Consórcio dos Municípios da Bacia do Ribeirão da Mata. Sugeriu que, para o desenvolvimento de parcerias, é necessário ser protagonista, convidar os envolvidos no processo para conversas, tomar a iniciativa e ser humilde para reconhecer diferentes pontos de vista e interesses. Defendeu que qualquer projeto só será bem sucedido se houver participação da sociedade civil. Esclareceu que a COPASA não é responsável pelo saneamento de áreas para as quais ela não distribui água, porque isso ocorre mediante contrato com o município. Afirmou que, somente assim, ela pode atuar sem violar a autoridade municipal. Disse que a Região do Morro Alto é definida como Área de Diretrizes Especiais e que existe projeto de regularização fundiária para esta região. Esclareceu que o projeto está em processo de licitação da equipe externa que trabalhará conjuntamente com a equipe interna e com a do Estado. Acrescentou que a licitação deverá ser realizada no próximo mês.

Pergunta 12:

Da representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Madalena de Oliveira, para José Abílio Belo Pereira: “Para nós, da luta pela reforma urbana, ainda é um desafio intervir concretamente na elaboração e na revisão dos planos

diretores. Então, como pensar na implementação utópica do plano diretor metropolitano?”.

Pergunta 13:

Do representante do CONSEP125, Ernani Ferreira Leandro, para José Abílio Belo Pereira: “No caso da elaboração do plano diretor metropolitano de Belo Horizonte, peço-lhe dizer como se concretiza o planejamento participativo, condição para que o desejo da sociedade se sobreponha aos desejos de líderes”.

Pergunta 14:

Do servidor da Prefeitura de Belo Horizonte, William Araújo, para José Abílio Belo Pereira: “É notório que as decisões, na administração pública brasileira, são definidas fortemente pelos interesses político-partidários. Diante deste fato, como podemos atingir objetivos compartilhados pelo povo dos municípios da RMBH?”

Pergunta 15:

Do Vereador Paulo Sérgio de Sião, da Câmara Municipal de Santa Luzia, para José Abílio Belo Pereira: “Com respeito ao fundo metropolitano: já foi instituído? Qual é o seu valor ou percentual? De qual esfera de governo ou de qual fonte ele virá? Quem vai gerir e como vai gerir este recurso?”.

Pergunta 16:

Do funcionário do gabinete da Vereadora Ana Paschoal, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Humberto Sampaio, para José Abílio Belo Pereira: “O plano diretor faz alguma coisa em relação ao cartão metropolitano de transporte para que pessoas possam viajar entre as cidades metropolitanas com o mesmo cartão? Ou pensa em alguma proposta?”

Pergunta 17:

Do funcionário da Prefeitura de Nova União, Walter Caetano, para José Abílio Belo Pereira: “Como será operado o processo de compatibilização entre o plano municipal e o metropolitano?”.

Pergunta 18:

Da representante do Fórum Mineiro de Reforma Urbana, Ednéia Aparecida de Souza, para José Abílio Belo Pereira: “Por qual motivo foram suspensas as reuniões do Núcleo Estadual dos Planos Diretores Participativos? A idéia da descentralização se viabilizou ou não? Por que não realizamos um seminário de avaliação dos planos de Minas Gerais?”.

Pergunta 19:

Do funcionário do gabinete da Vereadora Ana Paschoal, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, José Maria, para José Abílio Belo Pereira: “Considerado como instrumento de planejamento urbano e social o Orçamento Participativo tem conceito internacional e aprovação da população de Belo Horizonte na inversão de prioridade orçamentária. Pergunta-se: ainda que sendo método é possível fazer discussão em nível deste Fórum para que dentro da concepção do plano diretor da região metropolitana seja planejado e implementado para todos os municípios, com recursos da União e do Estado?”.

Resposta às perguntas 12 a 19:

José Abílio Belo Pereira lembrou a instalação do Conselho Metropolitano, da Assembléia Metropolitana e do Fórum Metropolitano, que, apesar de não ser institucionalizado, é muito importante, por ter potencial para ser um grande canal de comunicação dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte com os municípios do Colar Metropolitano. Disse que, quando os interesses são abraçados pela população, torna-se mais fácil superar divergências partidárias e ideológicas. Enfatizou que não se consegue construir um processo participativo social e consciente se não se estiver disposto a ouvir. Acrescentou que não se pode querer ser sempre hegemônico. Disse que a cooperação não é uma sobreposição do desejo da sociedade civil sobre os da sociedade política, mas um consenso. Informou que, na página 33 da Cartilha que o CREA/MG estava distribuindo no evento, havia cópia do texto da lei que cria a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Informou que a proposta de criar o cartão metropolitano de transporte já surgira na instalação da Assembléia e é um tema que integra a pauta de discussões. Esclareceu que, entretanto, não há nada resolvido. Afirmou que não existem regras para a compatibilização entre os planos diretores municipais e o metropolitano. Esclareceu que as reuniões do Núcleo Mobilizador de Minas Gerais pelos Planos Diretores Participativos foram suspensas, porque a missão fora concluída. Considerou interessante a possibilidade de votar, conjuntamente, o orçamento metropolitano. Ressaltou que existe tecnologia para isso, mas que deve haver responsabilidade e consciência. Afirmou que a falta de planejamento gera o caos.

Parte Final

O Vereador Tarcísio Caixeta, da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH - esclareceu que o Plano Diretor de Belo Horizonte está em processo de revisão na CMBH. Acrescentou que o Projeto de Lei é de autoria do Poder Executivo. Expôs a tramitação do referido Projeto até aquele momento. Esclareceu que o Projeto atinge toda a cidade e envolve diversos interesses. Afirmou que a CMBH não aprovará o Projeto sem promover uma discussão mais elaborada com a população. Disse que essa discussão ainda não foi feita em função da tramitação tumultuada do Projeto até então.

O Coordenador dos Trabalhos, Vereador Tarcísio Caixeta, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, solicitou às autoridades e representantes de câmaras de municípios do interior do Estado, participantes do Seminário, presentes no Plenário, naquele momento, para, também, comporem a Mesa. Passaram, a compor a Mesa, então:

- Vereador Tarcísio Caixeta, da Câmara Municipal de Belo Horizonte
- Vereador Valdecy Alves Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Vespasiano
- Vereadora Nanci Maria Teixeira Ferreira, da Câmara Municipal de Pará de Minas
- Vereadora Bárbara Maria Soares Ferreira, da Câmara Municipal de Lagoa Santa

- Vereador Anselmo José Domingos, da Câmara Municipal de Belo Horizonte
- Vereador Antônio Pinheiro, da Câmara Municipal de Belo Horizonte
- Vereador José Alemar de Sousa, da Câmara Municipal de Jaboticatubas
- Vereadora Tereza Cristina Garcia, da Câmara Municipal de Rio Acima
- Vereador Aloízio Alves de Deus, da Câmara Municipal de Capim Branco
- Vereadora Valdinéia Maria de Carvalho Dias, Presidente da Câmara Municipal de Capim Branco
- Vereador Luiz dos Santos Ferreira Neto, da Câmara Municipal de Jaboticatubas
- Vereador Paulo Sérgio de Sião, da Câmara Municipal de Santa Luzia
- Vereador Wilson Ribeiro da Costa, da Câmara Municipal de Esmeraldas
- Representante do Deputado Federal Leonardo Quintão, o Assessor Parlamentar, Geraldo Osman de Almeida
- Vereador Claudiney Dias, da Câmara Municipal de Sete Lagoas.

11:20h:

O Vereador Tarcísio Caixeta informou que, a partir daquele momento, seria apresentada a versão inicial da Carta do Fórum Metropolitano da Rede Metropolitana de Belo Horizonte. Esclareceu aos presentes que poderiam encaminhar, à Mesa, por escrito, propostas de alteração do texto inicial. O Chefe da Divisão de Consultoria Legislativa - DIVCOL -, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Maurício Leite de Moura e Silva, leu, então, a referida versão inicial da Carta:

“CARTA DO FÓRUM METROPOLITANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

A Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH -, caracterizada pela diversidade que marca os municípios que a constituem, assemelha-se a outras regiões metropolitanas brasileiras, no que se refere aos problemas comuns e bastante paradoxais que enfrenta: desenvolvimento econômico e exclusão social, riqueza e miséria, sofisticação tecnológica e degradação ambiental, informatização e exclusão digital.

A dinâmica dessa espacialidade demanda a existência de um sujeito coletivo que elabore sistemáticas de gestão adequadas à diversidade de seus agentes. Esse é o desafio que se apresenta na busca de caminhos para a superação de conflitos e para a formulação de arranjos institucionais eficientes e democráticos que possibilitem a implementação de políticas públicas intermunicipais, essenciais para a vida do cidadão.

O novo modelo institucional, estabelecido pela alteração à Constituição do Estado de Minas Gerais e pelas leis complementares, ao qual se somam experiências de parcerias e acordos já realizados, retoma a questão metropolitana e a coloca no centro das discussões.

Caminhando nessa direção, o Seminário de Abertura do Fórum Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte, realizado em 31 de agosto e 1º de

setembro de 2007, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, desponta como mais um importante passo para a criação de uma consciência e de um pensamento metropolitanos, que viabilizem a identificação dos interesses e problemas comuns, a busca das soluções compartilhadas e a reversão de tendências históricas de segregação socioespacial.

Esta Carta, consideradas as questões abordadas neste Seminário, aponta os princípios que nortearão o funcionamento permanente do Fórum Metropolitano como continuidade dos debates iniciados. Tais princípios devem ser respeitados pelos seus signatários, em nome do interesse em construir coletivamente soluções para os problemas que são comuns.

1. O Fórum Metropolitano, como um espaço aberto, deve propiciar o debate democrático de idéias, a troca livre de experiências, a reflexão sobre os problemas e a formulação de propostas, por meio da articulação dos agentes políticos e da sociedade civil em prol da realização de ações eficazes de interesse metropolitano.
2. O Fórum Metropolitano, como um espaço plural e diversificado, deve agregar, de forma horizontal e descentralizada, os municípios integrantes da RMBH, visando à busca e à construção de alternativas que superem os conflitos interpostos pela metropolização.
3. O Fórum Metropolitano, como espaço de transparência, compromete-se a difundir amplamente as decisões geradas nesse espaço, como forma de dar publicidade aos resultados das reflexões produzidas.
4. O Fórum Metropolitano, como espaço de intercâmbio, deve estimular o conhecimento e o reconhecimento mútuo dos municípios que integram a RMBH, valorizando a troca de experiências e de idéias.
5. O Fórum Metropolitano, como espaço de articulação, deve fortalecer e criar novas relações entre os agentes políticos dos municípios da RMBH e a sociedade civil, de modo a tornar possível a gestão compartilhada da Região Metropolitana, cuja ocupação transcende os limites político-administrativos municipais.
6. O Fórum Metropolitano, como espaço complementar aos espaços institucionais consolidados, propõe-se a contribuir para o planejamento e a gestão das funções públicas de interesse comum, elencadas no art. 8º da Lei Complementar Estadual nº 89, de 12 de janeiro de 2006, e a subsidiar a atuação dos agentes políticos na Assembléia Metropolitana.
7. O Fórum Metropolitano, como um processo que estimula os agentes políticos e a sociedade civil a se organizar e a situar suas ações do nível local ao nível metropolitano, busca uma participação ativa em questões de cidadania metropolitana, por meio da introdução, nas respectivas agendas, de práticas transformadoras.
8. O Fórum Metropolitano, como espaço de construção de uma consciência coletiva, deve incentivar a vivência, a experimentação e o envolvimento com temas que extrapolam a esfera local, mas mostram-se relevantes para o desenvolvimento socioeconômico da Região Metropolitana.

9. O Fórum Metropolitano como espaço de promoção de cidades mais democráticas, deve buscar ações que garantam a justiça social, o direito à cidade e condições dignas de vida para todos, em consonância com os pressupostos dos movimentos pela reforma urbana.

10. O Fórum Metropolitano, como espaço de (re)valorização da política, deve reconhecer a pluralidade constitutiva dos sujeitos sociais e políticos que lutam pelo exercício da cidadania e pela emancipação social, buscando organizar e regular a coexistência das diferenças em nome da garantia da vida e da liberdade do homem.

A questão metropolitana desafia o planejamento e a gestão das cidades. As alternativas estão colocadas, mas, certamente, serão insuficientes, se não houver um real compromisso dos municípios e um entendimento da necessidade de se buscarem acordos que primem pela cooperação e pela solidariedade.

O Poder Legislativo Municipal, representado por todas as câmaras municipais componentes da RMBH, juntamente com a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, tem imensa responsabilidade na construção desse compromisso e desses acordos. O envolvimento das comissões que compõem a estrutura desses poderes legislativos, temáticas ou não, tem, igualmente, uma importância que é preciso ressaltar, na medida em que se configuram como instância privilegiada de debates e como um canal aberto para a participação da sociedade civil.

Por essa razão, é fundamental que os legislativos municipais contem com efetiva representatividade em todas as instâncias de decisão sobre questões metropolitanas, especialmente, no Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, instituído pela Emenda nº 65/04 à Constituição do Estado de Minas Gerais.

Compete aos poderes legislativos, portanto, no cumprimento de seu papel, essencial para a democracia, garantir ambiente propício à permanência e à perenidade das discussões iniciadas por este Seminário, e apresentar proposições que espelhem as demandas da sociedade e apontem as possíveis soluções.

Compete à sociedade civil, assumindo o seu papel de sujeito político, igualmente essencial para a democracia, mobilizar-se para garantir a sua participação nesse processo e a efetividade das propostas decorrentes das reflexões suscitadas no Fórum.

Para isso, é necessário que os signatários desta Carta se comprometam a corporificar este Fórum Metropolitano, construindo as condições que garantirão o seu efetivo funcionamento ao longo do tempo.

Belo Horizonte, 1º de setembro de 2007”

Palestrante: técnico da Fundação João Pinheiro, Fernando Prates

Duração da exposição: 35 min

Síntese da exposição:

O palestrante **Fernando Prates** apresentou o Atlas de Desenvolvimento Humano

da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Disse acreditar que esse trabalho, recentemente concluído pela Fundação João Pinheiro, poderá contribuir para a busca de soluções para as desigualdades sociais existentes na RMBH. Apontou, como motivadora dos estudos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -, a percepção de aglomerações populacionais, com grandes bolsões de pobreza e conseqüente ocorrência de conflitos, na Região Metropolitana. Informou que a RMBH foi dividida para fim deste estudo, com base nos seguintes critérios: 1) homogeneidade; 2) proximidade entre bairros; e 3) parâmetros de contabilidade amostral, utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Mencionou que, com base nesses critérios, a RMBH ficou dividida em 287 (duzentas e oitenta e sete) unidades de desenvolvimento humano - UDHs. Acrescentou que, para a distinção das UDHs, muitos municípios sofreram subdivisões, principalmente, Belo Horizonte. Comentou que são observadas grandes disparidades de IDHs em Belo Horizonte e na Região Metropolitana. Comentou que o IDH considera a renda, as condições de habitação e a longevidade. Quanto ao uso do Atlas de Desenvolvimento Humano, orientou que este permite a consulta simples dos indicadores e a consulta avançada, que possibilita a comparação de indicadores diversos. Disse que se podem obter resultados, também, mediante consulta, numa tabela, de todos os indicadores relativos a todas as UDHs. Comentou ser possível, ainda, localizar bairros, obter detalhamento a respeito de ruas e o mapa aéreo de cada UDH, visualizar disparidades existentes em relação a cada indicador, gerar mapas de determinado indicador, bem como gerar um perfil (relatório) de cada UDH com os indicadores considerados mais importantes. Informou que o Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Belo Horizonte está disponível em CDs e que houve distribuição destes aos participantes deste Seminário. Comentou que estão em desenvolvimento, pela Fundação João Pinheiro, em parceria com órgãos do Estado de Minas Gerais, estudos sobre Índices de Desenvolvimento Social, com indicadores de curto prazo e informações anuais. Colocou-se à disposição para outros esclarecimentos, se necessário.

O representante da Fundação João Pinheiro, **José Osvaldo Lasmar**, agradeceu a oportunidade, concedida à mencionada Fundação, de exposição do Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Belo Horizonte neste Seminário. Afirmou que a referida Fundação participa de trabalhos direcionados para a Região Metropolitana de Belo Horizonte há, aproximadamente, 30 (trinta) anos. Salientou que vários estudos realizados pela Fundação João Pinheiro demonstram a existência de diversos problemas socioeconômicos na Região Metropolitana. Colocou-se à disposição para participar de outros trabalhos relativos à referida Região Metropolitana.

O Vereador **Tarcísio Caixeta** convidou a Fundação João Pinheiro para participar das discussões relativas à RMBH. Destacou a importância dos movimentos populares na elaboração de políticas públicas. Informou que as respostas a perguntas apresentadas durante o debate relativo à palestra “Administrando Problemas Comuns e Compartilhando Experiências”, e não respondidas durante o Seminário, seriam enviadas por *e-mail* e/ou disponibilizadas no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Apresentação do Relatório do Evento - foi informado, durante a realização do evento, que o relatório do Seminário seria disponibilizado na internet.

Apresentação e assinatura da Carta Metropolitana

Duração da exposição: 10min

Síntese da apresentação:

Maurício Leite de Moura e Silva, após a inserção, na versão inicial, das propostas apresentadas por participantes do evento, procedeu à leitura da versão final da Carta, que assumiu o seguinte formato:

**“CARTA DO FÓRUM PERMANENTE DA REGIÃO METROPOLITANA
E DO COLAR METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE**

A Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH - e o Colar Metropolitano, caracterizados pela diversidade que marca os municípios que os constituem, assemelham-se a outras regiões metropolitanas brasileiras, no que se refere aos problemas comuns e bastante paradoxais que enfrenta: desenvolvimento econômico e exclusão social, riqueza e miséria, sofisticação tecnológica e degradação ambiental, informatização e exclusão digital.

A dinâmica dessa espacialidade demanda a existência de um sujeito coletivo que elabore sistemáticas de gestão adequadas à diversidade de seus agentes. Este é o desafio que se apresenta na busca de caminhos para a superação de conflitos e para a formulação de arranjos institucionais eficientes e democráticos que possibilitem a implementação de políticas públicas intermunicipais, essenciais para a vida dos cidadãos e das cidadãs.

O novo modelo institucional, estabelecido pela alteração à Constituição do Estado de Minas Gerais e pelas leis complementares, ao qual se somam experiências de parcerias e acordos já realizados, retoma a questão metropolitana e a coloca no centro das discussões.

Caminhando nessa direção, o Seminário de Abertura do Fórum Permanente, realizado em 31 de agosto e 1º de setembro de 2007, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, desponta como mais um importante passo para a criação de uma consciência e de um pensamento metropolitanos, que viabilizem a identificação dos interesses e problemas comuns, a busca das soluções compartilhadas e a reversão de tendências históricas de segregação socioespacial.

Esta Carta, consideradas as questões abordadas neste Seminário, aponta os princípios que nortearão o funcionamento permanente do Fórum Permanente como continuidade dos debates iniciados. Tais princípios devem ser respeitados pelos seus signatários, em nome do interesse em construir coletivamente soluções para os problemas que são comuns.

1. O Fórum Permanente, como um espaço aberto, deve propiciar o debate democrático de idéias, a troca livre de experiências, a reflexão sobre os problemas e a formulação de propostas, por meio da articulação dos

agentes políticos e da sociedade civil em prol da realização de ações eficazes de interesse metropolitano.

2. O Fórum Permanente, como um espaço plural e diversificado, deve agregar, de forma horizontal e descentralizada, os municípios integrantes da RMBH e do Colar Metropolitano, visando à busca e à construção de alternativas que superem os conflitos interpostos pela metropolização.
3. O Fórum Permanente, como espaço de transparência, compromete-se a difundir amplamente as decisões geradas nesse espaço, como forma de dar publicidade aos resultados das reflexões produzidas.
4. O Fórum Permanente, como espaço de intercâmbio, deve estimular o conhecimento e o reconhecimento mútuo dos municípios que integram a RMBH e o Colar Metropolitano, valorizando a troca de experiências e de idéias.
5. O Fórum Permanente, como espaço de articulação, deve fortalecer e criar novas relações entre os agentes políticos dos municípios da RMBH, do Colar Metropolitano e a sociedade civil, de modo a tornar possível a gestão compartilhada da Região e do Colar Metropolitanos, cuja ocupação transcende os limites político-administrativos municipais.
6. O Fórum Permanente, como espaço complementar aos espaços institucionais consolidados, propõe-se a contribuir para o planejamento e a gestão das funções públicas de interesse comum, elencadas no art. 8º da Lei Complementar Estadual nº 89, de 12 de janeiro de 2006, e a subsidiar a atuação dos agentes políticos na Assembléia Metropolitana.
7. O Fórum Permanente, como um processo que estimula os agentes políticos e a sociedade civil a se organizar e a situar suas ações do nível local ao nível metropolitano, busca uma participação ativa em questões de cidadania metropolitana, por meio da introdução, nas respectivas agendas, de práticas transformadoras.
8. O Fórum Permanente, como espaço de construção de uma consciência coletiva, deve incentivar a vivência, a experimentação e o envolvimento com temas que extrapolam a esfera local, mas mostram-se relevantes para o desenvolvimento socioeconômico da Região Metropolitana e do Colar Metropolitano.
9. O Fórum Permanente como espaço de promoção de cidades mais democráticas, deve buscar ações que garantam a justiça social, o direito à cidade e condições dignas de vida para todos, em consonância com os pressupostos dos movimentos pela reforma urbana.
10. O Fórum Permanente, como espaço de (re)valorização da política, deve reconhecer a pluralidade constitutiva dos sujeitos sociais e políticos que lutam pelo exercício da cidadania e pela emancipação social, buscando organizar e regular a coexistência das diferenças em nome da garantia dos direitos fundamentais do ser humano.

A questão metropolitana desafia o planejamento e a gestão das cidades. As alternativas estão colocadas, mas, certamente, serão insuficientes, se não houver um real compromisso dos municípios e um entendimento da necessidade de se buscarem acordos que primem pela cooperação e pela solidariedade.

O Poder Legislativo Municipal, representado por todas as câmaras municipais componentes dos municípios da RMBH e do Colar Metropolitano, juntamente com a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, tem imensa responsabilidade na construção deste compromisso e destes acordos. O envolvimento das comissões que compõem a estrutura desses poderes legislativos, temáticas ou não, tem, igualmente, uma importância que é preciso ressaltar, na medida em que se configuram como instância privilegiada de debates e como um canal aberto para a participação da sociedade civil.

Por essa razão, é fundamental que os legislativos municipais contem com efetiva representatividade em todas as instâncias de decisão sobre questões metropolitanas, especialmente, no Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, instituído pela Emenda nº 65/04 à Constituição do Estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, fica criada a Frente Parlamentar do Fórum Permanente composto pelos vereadores da RMBH e do Colar Metropolitano, presentes no Seminário de Abertura do Fórum Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano, com atribuição de acompanhar as ações do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, da Agência de Desenvolvimento Metropolitano e a gestão do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, objetivando manter informados os integrantes do Fórum Permanente.

Compete aos poderes legislativos, portanto, no cumprimento de seu papel, essencial para a democracia, garantir ambiente propício à permanência e à perenidade das discussões iniciadas por este Seminário, e apresentar proposições que espelhem as demandas da sociedade e apontem as possíveis soluções.

Compete à sociedade civil, assumindo o seu papel de sujeito político, igualmente essencial para a democracia, mobilizar-se para garantir a sua participação nesse processo e a efetividade das propostas decorrentes das reflexões suscitadas no Fórum Permanente.

Para isso, é necessário que os signatários desta Carta se comprometam a corporificar este Fórum Permanente, construindo as condições que garantirão o seu efetivo funcionamento ao longo do tempo.

Belo Horizonte, 1º de setembro de 2007”

Maurício Leite orientou que seriam disponibilizadas 2 (duas) listas para assinatura da Carta, como forma de adesão aos princípios que ela preconiza para o funcionamento do Fórum Metropolitano. Uma lista seria destinada aos vereadores que aderiram à Frente Parlamentar constituída em apoio à RMBH e a outra, destinada a cidadãos representantes de entidades organizadas.

Encerramento: Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, **Vereador Totó Teixeira**

Duração da exposição: 10 min

Síntese do pronunciamento:

O Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, **Vereador Totó Teixeira**, ressaltou a importância da realização do Seminário de Abertura do Fórum Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano. Salientou o empenho dos participantes deste evento na busca de solução para os problemas que afetam os municípios da RMBH. Destacou a relevância da Carta do Fórum Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Colar Metropolitano, como uma soma de informações, uma rede de relacionamentos e um roteiro a percorrer. Manifestou a expectativa de que essa Carta realmente possibilite que essa iniciativa prospere e de que se consolide, de forma crescente, o Fórum Metropolitano. Agradeceu a todos os participantes e colaboradores do evento.